



MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: Deputado Dinis Pinheiro
1º-Vice-Presidente: Deputado Ivair Nogueira
2º-Vice-Presidente: Deputado Hely Tarquínio
3º-Vice-Presidente: Deputado Adelmo Carneiro Leão
1º-Secretário: Deputado Dilzon Melo
2º-Secretário: Deputado Neider Moreira
3º-Secretário: Deputado Alencar da Silveira Jr.

SUMÁRIO

1 - ATAS

- 1.1 - 93ª Reunião Ordinária da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura
- 1.2 - 70ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada à entrega ao Sr. Massimo Battaglini do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais
- 1.3 - 73ª Reunião Especial da 3ª Sessão Legislativa Ordinária da 17ª Legislatura – Destinada a homenagear o Município de São João del-Rei pelos 300 anos de sua fundação

2 - EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

- 2.1 - Comissões

3 - TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

4 - COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

5 - MANIFESTAÇÕES

6 - MATÉRIA ADMINISTRATIVA

7 - ERRATA



ATAS

ATA DA 93ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 12/12/2013

Presidência dos Deputados Dinis Pinheiro, Dilzon Melo e Alencar da Silveira Jr., da Deputada Liza Prado e dos Deputados Tadeu Martins Leite, Rômulo Viegas, Dalmo Ribeiro Silva e Elismar Prado

Sumário: Comparecimento - Abertura - 1ª Parte: 1ª Fase (Expediente): Ata - Correspondência: Mensagens nºs 586, 587, 588 e 589/2013 (encaminhando emendas aos Projetos de Lei nºs 4.745 e 4.439/2013, emendas ao Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 4.440/2013 e emenda ao Projeto de Lei nº 4.745/2013, respectivamente), do governador do Estado - Ofício - 2ª Fase (Grande Expediente): Apresentação de Proposições: Projetos de Lei nºs 4.793 a 4.796/2013 - Requerimentos nºs 6.712 a 6.851/2013 - Requerimento do deputado Cabo Júlio - Comunicações: Comunicações das Comissões de Esporte, de Educação e de Segurança Pública e do deputado Celinho do Sinttrocel - Oradores Inscritos: Discurso do deputado João Leite; Questão de Ordem; discursos dos deputados Bonifácio Mourão e Bosco e da deputada Maria Tereza Lara - 2ª Parte (Ordem do Dia): 1ª Fase: Abertura de Inscrições - Comunicação da Presidência - Leitura de Comunicações - Despacho de Requerimentos: Requerimento do deputado Cabo Júlio; deferimento - 2ª Fase: Palavras do Presidente - Discussão e Votação de Proposições: Requerimento do deputado Gustavo Valadares; aprovação - Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013; inexistência de quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição - Registro de Presença - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2013; discursos dos deputados João Leite, Vanderlei Miranda e Rogério Correia; apresentação da Emenda nº 3; encerramento da discussão; encaminhamento da emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira - Prorrogação da Reunião - Inexistência de quórum para votação - Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.784/2013; apresentação do Substitutivo nº 1 e das Emendas nºs 1 a 8; encerramento da discussão; encaminhamento do substitutivo e das emendas com o projeto à Mesa da Assembleia - Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.785/2013; encerramento da discussão - Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011; apresentação do Substitutivo nº 2; encerramento da discussão - Inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos - Palavras da Presidente - Encerramento - Ordem do Dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e as deputadas:

Dinis Pinheiro - Ivair Nogueira - Adelmo Carneiro Leão - Dilzon Melo - Alencar da Silveira Jr. - Adalclever Lopes - Almir Paraca - Ana Maria Resende - André Quintão - Antônio Genaro - Bonifácio Mourão - Bosco - Cabo Júlio - Carlos Henrique - Célio Moreira - Dalmo Ribeiro Silva - Duarte Bechir - Duílio de Castro - Elismar Prado - Fabiano Tolentino - Fábio Cherem - Fred Costa - Gilberto Abramo - Glaycon Franco - Gustavo Corrêa - Gustavo Perrella - Gustavo Valadares - Inácio Franco - Jayro Lessa - João Leite - Juarez



Távora - Juninho Araújo - Lafayette de Andrada - Leonardo Moreira - Leonídio Bouças - Liza Prado - Luiz Henrique - Luiz Humberto Carneiro - Luzia Ferreira - Maria Tereza Lara - Marques Abreu - Paulo Lamac - Pinduca Ferreira - Rogério Correia - Rômulo Veneroso - Rômulo Viegas - Sargento Rodrigues - Sávio Souza Cruz - Sebastião Costa - Tadeu Martins Leite - Tiago Ulisses - Vanderlei Miranda.

Abertura

O presidente (deputado Alencar da Silveira Jr.) - Às 14h15min, a lista de comparecimento registra a existência de número regimental. Declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário, para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

1ª Parte

1ª Fase (Expediente)

Ata

- O deputado Elismar Prado, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Correspondência

- O deputado Dalmo Ribeiro Silva, 1º-secretário *ad hoc*, lê a seguinte correspondência:

MENSAGEM Nº 586/2013

- A Mensagem nº 586/2013 e as emendas ao Projeto de Lei nº 4.745/2013 foram publicadas na edição anterior.

MENSAGEM Nº 587/2013

- A Mensagem nº 587/2013 e as emendas ao Projeto de Lei nº 4.439/2013 foram publicadas na edição anterior.

MENSAGEM Nº 588/2013

- A Mensagem nº 588/2013 e as emendas ao Substitutivo nº 2 ao Projeto de Lei nº 4.440/2013 foram publicadas na edição anterior.

MENSAGEM Nº 589/2013

- A Mensagem nº 589/2013 e a emenda ao Projeto de Lei nº 4.745/2013 foram publicadas na edição anterior.

OFÍCIO

Da Sra. Sara Costa Felix Teixeira, superintendente de Tributação da Secretaria de Fazenda, prestando informações relativas ao Projeto de Lei nº 4.454/2013. (- Anexe-se ao referido projeto de lei.)

2ª Fase (Grande Expediente)

Apresentação de Proposições

O presidente - A presidência passa a receber proposições e a conceder a palavra aos oradores inscritos para o Grande Expediente.

- Nesta oportunidade, são encaminhadas à presidência as seguintes proposições:

PROJETO DE LEI Nº 4.793/2013

Declara de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Humano e Cidadão de Minas Gerais - Idhuci-MG -, com sede no Município de Juatuba.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarado de utilidade pública o Instituto de Desenvolvimento Humano e Cidadão de Minas Gerais - Idhuci-MG -, com sede no Município de Juatuba.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de publicação.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Rômulo Viegas

Justificação: O Instituto de Desenvolvimento Humano e Cidadão de Minas Gerais - Idhuci-MG -, com sede no Município de Juatuba é uma entidade sem fins lucrativos que desenvolve trabalhos voltados a promover, fomentar, assessorar e subsidiar o desenvolvimento humano, com foco na assistência social e no meio ambiente.

Diante disso, conto com o apoio dos nobres parlamentares desta Casa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.794/2013

Declara de utilidade pública a Associação de Apoio a Pessoas com Câncer Bem Viver - AAPCBV -, com sede no Município de Pouso Alegre.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública Associação de Apoio a Pessoas com Câncer Bem Viver - AAPCBV -, com sede do Município de Pouso Alegre.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Inácio Franco

Justificação: A Associação de Apoio a Pessoas com Câncer Bem Viver - AAPCBV -, com sede no Município de Pouso Alegre, tem por finalidade promover atividade de caráter assistencial e beneficente, filantrópica e altruísta. Promove a assistência à saúde de pessoas com câncer, protegendo a família sempre de forma integral, prestando serviços ou realizando ações no atendimento e no assessoramento na defesa de direitos.

Além disso, a Associação preenche todos os requisitos legais para a declaração de utilidade pública, razão pela qual contamos com o apoio dos nobres pares nesta Casa à aprovação deste projeto de lei.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e de Saúde, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.795/2013

Declara de utilidade pública a Associação Comunitária de Peri-Peri e Adjacências, com sede no Município de Montes Claros.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a Associação Comunitária de Peri-Peri, com sede no Município de Montes Claros.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Tadeu Martins Leite

Justificação: A Associação Comunitária de Peri-Peri e Adjacências funciona regularmente há mais de um ano, na zona rural de Montes Claros, no povoado denominado Peri-Peri.

É uma entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos, sendo sua diretoria composta por pessoas idôneas e não remuneradas pelo cargo que exercem. De acordo com o seu estatuto, suas finalidades principais são promover o desenvolvimento comunitário, através de realizações de obras e melhoramentos, com recursos próprios ou obtidos por doações, empréstimos e convênios, e, ainda, eventos culturais, recreativos e esportivos.

Diante do exposto, e tendo em vista que a entidade, conforme documentação apresentada, atende plenamente aos requisitos legais, contamos com o apoio de nossos ilustres pares à aprovação desta proposição.

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça, para exame preliminar, e do Trabalho, para deliberação, nos termos do art. 188, c/c o art. 103, inciso I, do Regimento Interno.

PROJETO DE LEI Nº 4.796/2013

Autoriza o Poder Executivo a doar ao Município de Betim o imóvel que especifica.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a doar ao Município de Betim o imóvel denominado Teixeirainhas, situado na Rua João Silva Santos, com área total de 70.000m² (setenta mil metros quadrados), objeto de contrato de comodato realizado em 11 de março de 1986.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Lafayette de Andrada

- Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e de Fiscalização Financeira para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno.

REQUERIMENTOS

Nº 6.712/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social ofício informando sobre a apresentação de emenda para alocação de recursos na Ação 4203 do PPAG 2012-2015 para o desenvolvimento do Plano Mineiro de Direitos Humanos e pedido de providências para a priorização de sua execução orçamentária. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 6.713/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Emater-MG pedido de providências para a ampliação do escopo da Ação 4154, para o atendimento a escolas da rede pública estadual, com capacitação e doação de sementes para a implantação de hortas escolares.

Nº 6.714/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para que os futuros reajustes remuneratórios concedidos aos profissionais de educação básica do Estado que percebem remuneração pelo regime de subsídio sejam calculados de acordo com o percentual de crescimento do valor anual mínimo por aluno referente aos anos iniciais do ensino fundamental urbano.

Nº 6.715/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para que o profissional de educação básica que percebe a remuneração pelo regime de subsídio possa optar pelo retorno ao regime remuneratório anterior à vigência da Lei nº 18.975, de 29/6/2010, com a garantia de ter restabelecidos todos os direitos vigentes e as contagens de tempo desde a transposição para o regime de subsídio. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 6.716/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à secretária de Educação pedido de informações sobre o número de escolas de tempo integral que recebem financiamento para alimentação escolar no âmbito do programa Mais Educação e da Ação 1085 - Educação em Tempo Integral - Alimentação Escolar -, do Programa 015 - Educação para Crescer -, do PPAG 2012-2015, sobre a quantidade de alunos atendidos e o valor *per capita* previsto para o exercício de 2014, bem como a divulgação dessas informações no *site* da Secretaria de Educação. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.717/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para a construção ou adequação de espaço para o funcionamento de sala de aula e biblioteca para oferta de educação de jovens e adultos na unidade prisional do Município de Águas Formosas.

Nº 6.718/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que, em parceria com a Secretaria de Defesa Social, ofereça educação de jovens e adultos na unidade prisional do Município de Águas Formosas.

Nº 6.719/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para viabilizar formas de atendimento educacional adequadas ao perfil da população indígena não aldeada da Região Metropolitana de Belo Horizonte e cópia do diagnóstico *Perfil sociodemográfico dos autodeclarados indígenas residentes na Região Metropolitana de Belo Horizonte*, realizado pelo Grupo de Voluntariado Cívico, em colaboração com a UFMG. (- Distribuídos à Comissão de Educação.)

Nº 6.720/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para reavaliação do escopo da Ação 1297 - Geração Saúde -, para a disponibilização de profissionais de educação física para oferta de prática esportiva orientada a toda a população em espaços públicos.

Nº 6.721/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências para reavaliação do escopo da Ação 1297 - Geração Saúde -, para a disponibilização de profissionais de educação física para oferta de prática esportiva orientada a toda a população em espaços públicos.

Nº 6.722/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para reavaliação do escopo da Ação 1297 - Geração Saúde -, para a disponibilização de profissionais de educação física para oferta de prática esportiva orientada a toda a população em espaços públicos. (- Distribuídos à Comissão de Esporte.)

Nº 6.723/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Fhemig pedido de providências para a realização de obras emergenciais de manutenção do bem cultural tombado constituído pelo casarão da Rua Manaus, 348, em Belo Horizonte, e para sua restauração e destinação. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 6.724/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Econômico pedido de informações sobre o cronograma e o planejamento de oferta de sinal de telefonia rural no Estado, com detalhamento das obrigações das operadoras, no âmbito da Ação 1128 - Minas Comunica II - e do Edital de Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV, da Anatel, para a chamada banda 4G Rural. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.725/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja enviado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para publicação, em seu *site*, do detalhamento do plano de execução contratual das operadoras vencedoras, no Estado, do Certame Licitação nº 004/2012/PVCP/SPV, da Anatel, para a chamada banda 4G Rural. (- À Comissão de Transporte.)

Nº 6.726/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura pedido de providências para realização de gestão junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário para ampliar no Estado a participação no programa Garantia-Safra. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.727/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário extraordinário da Copa do Mundo pedido de informações sobre o planejamento e os produtos da Ação 1269 - Receptividade na Copa - para os anos de 2014 e 2015, com o detalhamento de seus subprocessos e subprojetos. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.728/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar, da Secretaria de Agricultura, pedido de providências para que dedique especial atenção ao Município de Paraguaçu na execução da Ação 4114, especialmente no que diz respeito ao beneficiamento e à comercialização de produtos da agricultura familiar.

Nº 6.729/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria da Agricultura pedido de providências para a capacitação dos municípios para a gestão da política de fomento e apoio à agricultura familiar local. (- Distribuídos à Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.730/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Turismo pedido de providências para a inclusão do alto da Serra do Cipó, especialmente o trecho que liga a região da Lapinha à do Tabuleiro, em seu planejamento de intervenções de sinalização turística. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.731/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao presidente da Companhia de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais pedido de informações sobre a titularidade da logomarca da Estrada Real.

Nº 6.732/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Turismo pedido de informações sobre a titularidade da logomarca da Estrada Real, que teria sido elaborada pela artista Yara Tupinambá, quando funcionária da então Empresa Mineira de Turismo, e posteriormente registrada em favor de entidade privada do setor industrial mineiro. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 6.733/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura pedido de providências com vistas à realização de estudos para atender a demanda do Município de Varginha, relacionada com a melhoria da estrutura e das condições de comercialização da agricultura familiar na região. (- À Comissão de Política Agropecuária.)



Nº 6.734/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Chefia da Polícia Civil e à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas à convocação imediata dos candidatos excedentes aprovados no último concurso realizado no Estado para escrivão de polícia.

Nº 6.735/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para ampliar a estrutura do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado.

Nº 6.736/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para ampliar a estrutura do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado.

Nº 6.737/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Extraordinária da Copa do Mundo pedido de providências para ampliar a estrutura do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Estado.

Nº 6.738/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Justiça pedido de providências para implantar um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Nº 6.739/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para implantar um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Nº 6.740/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao governador do Estado pedido de providências para implantar um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Nº 6.741/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para implantar um posto avançado de atendimento humanizado ao migrante no Aeroporto Internacional Tancredo Neves.

Nº 6.742/2013, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais rodoviários federais que prenderam um homem que transportava 23kg de pasta-base de cocaína na BR-381, em Sabará, no dia 10/10/2013.

Nº 6.743/2013, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais militares que menciona, lotados na 84ª CIA TM/39º BPM, pela prisão de um homem e pela apreensão de droga em Contagem, em 7/12/2013.

Nº 6.744/2013, do deputado Sargento Rodrigues, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso aos policiais federais que participaram da Operação Invasão, que resultou na apreensão de droga e na prisão de um dos maiores traficantes do Estado, em 10/12/2013. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.745/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para que sejam remanejados os recursos destinados à regularização fundiária de unidades de conservação constantes na Ação 4060 - Gestão das Unidades de Conservação - para a ação decorrente da restauração da Ação 4038 - Regularização Fundiária de Unidades de Conservação -, a fim de que sejam executados em seu escopo. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.746/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Araçuaí pedido de providências com vistas à implantação de uma unidade básica de saúde na comunidade de Cruzinha. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.747/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 47º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na operação, em 10/12/2013, em Carangola, que resultou na apreensão de armas e drogas e na prisão de várias pessoas; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 6.748/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 27º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 6/12/2013, em Juiz de Fora, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de droga, armas e munição; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.749/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para a revisão ou a atualização do zoneamento ecológico-econômico do Estado, por meio da Ação 4360, constante no PPAG 2012-2015, e a restauração dessa ação no exercício de 2014 do referido plano plurianual. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.750/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações acerca da implantação das unidades de acolhimento adulto e infantojuvenil no Município de Montes Claros, previstas na Resolução SES nº 3.206, de 4/4/2012. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.751/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 5ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 11/12/2013, em Uberaba, que resultou na prisão de um jovem e na apreensão de uma adolescente, bem como de drogas e munição; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que seja concedida recompensa aos militares pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 6.752/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 39º Batalhão de Polícia Militar, pela recuperação, em 4 de novembro, no Bairro Bandeirantes, em Contagem, de dois carros roubados e pela apreensão de dois adolescentes, bem como de uma arma de fogo; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências a fim de que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.753/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas a incentivar os municípios a credenciar leitos em hospitais para o atendimento de usuários de álcool e outras drogas. (- À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.)

Nº 6.754/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral do IEF pedido de informações sobre as unidades de conservação com regularização fundiária prevista para o próximo ano. (- Semelhante proposição foi

apresentada anteriormente pela Comissão de Direitos Humanos. Anexe-se ao Requerimento nº 6.449/2013, nos termos do § 2º do art. 173 do Regimento Interno.)

Nº 6.755/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências com vistas a que sejam divulgados com mais transparência, em sua página na internet, os critérios utilizados para o credenciamento das entidades de suporte social a usuários de álcool e outras drogas para a composição da rede gerenciada pela Subsecretaria de Políticas sobre Drogas. (- À Comissão de Prevenção e Combate às Drogas.)

Nº 6.756/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 48º Batalhão de Polícia Militar, pela prisão, em 9 de dezembro, no Bairro Palmeiras, em Ibitité, de dois homens portando droga, um dos quais foragido de uma cadeia em Nova Era; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências a fim de que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado à sociedade.

Nº 6.757/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 40º Batalhão de Polícia Militar, pela apreensão, em 10 de dezembro, em Ribeirão das Neves, de um menor que havia assaltado uma casa lotérica, sendo parte do dinheiro recuperada e a arma de fogo apreendida pelos militares; e seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências a fim de que seja concedida aos militares recompensa pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.758/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas a disponibilizar recursos financeiros para o Hospital São Vicente de Paulo, no Município de Águas Formosas, por meio da Ação 4388 - Fortalecimento da Rede, - do Programa 237 - Atenção à Saúde -, do PPAG 2012-2015. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.759/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Desenvolvimento Regional pedido de informações sobre os resultados da execução da Ação 1210 - Planejamento e Desenvolvimento Regional Integrado -, contida no PPAG 2012-2015, exercício de 2013, com fornecimento de relatório detalhado sobre o produto da execução dessa ação e de justificativa tecnicamente fundamentada para a manutenção da ação orçamentária no Projeto de Lei nº 4.550/2013. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.760/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações a Sra. Ângela Fellet Miranda Chaves Rodrigues e o Sr. Carlos Eduardo Santos Rodrigues, delegados de polícia, que também participaram da importante ocorrência descrita nos requerimentos nºs 5.903 e 5.910/2013, aprovados na Comissão de Segurança Pública; e seja encaminhado à Chefia de Polícia Civil pedido de providências a fim de que seja concedida aos policiais recompensa pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.761/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas a disponibilizar uma UTI móvel para o Município de Águas Formosas por meio da Ação 4281 - Sistema Estadual de Transportes em Saúde -, do Programa 237 - Atenção à Saúde -, do PPAG 2012-2015. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.762/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à secretária de Desenvolvimento Econômico pedido de informações, na forma de relatório analítico detalhado, sobre as origens e aplicações do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento em suas diversas modalidades para o período 2012-2013, com detalhamento individualizado de informações por contrato pactuado, bem como com consolidação de informações sobre as origens e aplicações dos recursos do fundo, por setor econômico e porte de empresa beneficiados. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.763/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Montes Claros pedido de providências para o atendimento em abastecimento de água do Bairro Jardim Alegre.

Nº 6.764/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Copasa-MG pedido de providências para que priorize o atendimento em abastecimento de água do Bairro Jardim Alegre, entre as medidas de ampliação desse serviço no Município de Montes Claros, e para que realize estudo com vistas à implantação de rede de esgotamento sanitário na mesma localidade. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 6.765/2013, do deputado Inácio Franco, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Escola Estadual Terezinha Pereira pela conquista do primeiro lugar, no *ranking* da edição de 2013, na Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas e pelo melhor desempenho em um balanço de nove anos. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.766/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas a fomentar o cadastramento de municípios habilitados a participar da rede de atenção à saúde da pessoa com deficiência, no âmbito da Ação 4209 - Atenção à Saúde da Pessoa com Deficiência - do PPAG-2012-2015, especialmente na região Norte do Estado. (- À Comissão da Pessoa com Deficiência.)

Nº 6.767/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura pedido de providências para apoio dos órgãos vinculados a essa secretaria na organização e no assessoramento dos produtores de café, em especial dos agricultores familiares do entorno de Paraguaçu, para apresentação de projetos ao Fundo Estadual do Café. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.768/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à descentralização dos exames de média complexidade universalizados para todas as microrregiões de saúde, com equipamentos e equipe, a fim de garantir o acesso e diminuir o tempo de espera. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.769/2013, do deputado Cabo Júlio, em que solicita seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que menciona, lotados no Departamento de Investigações Antidrogas, pela prisão, em Contagem, de um traficante portando frascos de lança-perfume; e seja encaminhado à Chefia de Polícia Civil pedido de providências a fim de que seja concedida aos policiais recompensa pelo relevante serviço prestado à sociedade. (- À Comissão de Segurança Pública.)



Nº 6.770/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar da Secretaria de Agricultura pedido de providências com vistas à realização de gestão junto a prefeituras para a formatação de programas locais de fomento à comercialização de produtos da agricultura familiar nos municípios, como feiras itinerantes ou modelo assemblado. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.771/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Saúde pedido de informações sobre o andamento da implantação do hospital regional destinado a atendimento de urgência e emergência - Hospital do Trauma - em Montes Claros, especialmente sobre a conclusão dos projetos para a sua construção e previsão de início da obra, previsão orçamentária, previsão de leitos e de serviços.

Nº 6.772/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Saúde pedido de informações sobre a qualificação promovida pelo Canal Minas Saúde, contendo os municípios participantes, seu público e seu conteúdo, bem como sobre o planejamento dessa capacitação para 2014, no âmbito da Ação 4292.

Nº 6.773/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Secretário de Turismo pedido de informações sobre o planejamento da Ação 4441 - Estruturação do Turismo Religioso em Minas Gerais - da proposta de revisão do PPAG 2012-2015, incluindo quais são seus produtos e subprodutos, quais credos atualmente são fomentados por essa ação e se outros podem ser beneficiados por ela. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 6.774/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para a execução da Ação Apoio à Criação de Circuitos Culturais Regionais, com a finalidade de prover os municípios mineiros de recursos para a implantação de equipamentos e circuitos culturais locais e regionais, destinando-se especialmente ao Município de Itaobim recursos para a implantação do Centro de Tradições do Vale do Jequitinhonha. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 6.775/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências a fim de que seja ampliado para todos os municípios do Estado o atendimento do Programa Mineiro de Empreendedorismo e Gestão para Resultados Municipais. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.776/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para que os profissionais de entidades que atuam no acolhimento institucional e familiar de crianças e adolescentes sejam incluídos nas ações de capacitação de recursos humanos do Sistema Único de Assistência Social. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.777/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria-Geral de Polícia Civil as notas taquigráficas da 78ª Reunião Extraordinária dessa comissão, cópia dos registros de eventos que menciona e pedido de informações sobre os desdobramentos desses registros, se houve flagrantes, se foram instaurados inquéritos policiais e as conclusões dos eventuais inquéritos. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.778/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao IEF pedido de providências para a regularização do pagamento do benefício do Programa Bolsa Verde e para que, quando da abertura de novo edital, seja prestado o devido apoio, para sua inclusão nesse programa, aos produtores rurais cujas propriedades estejam localizadas em unidades de conservação. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.779/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Econômico pedido de providências para que seja publicado, em sua página eletrônica ou na do BDMG, relatório sobre as fontes de recursos e as aplicações do Fundo de Incentivo ao Desenvolvimento no período 2012-2013, com detalhamento de informações por contrato, por setor econômico e pelo porte das empresas beneficiadas. (- À Comissão de Turismo.)

Nº 6.780/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Fundação Estadual do Meio Ambiente pedido de providências para a realização de estudo sobre o cavalo de lata, veículo desenvolvido no Rio Grande do Sul, e os possíveis benefícios de sua utilização por catadores de materiais recicláveis. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.781/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para que sejam observadas as instâncias de pactuação para a definição dos critérios de partilha dos recursos destinados à implantação da infraestrutura e à aquisição de equipamentos e veículos para a execução da política de assistência social. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.782/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretária de Planejamento pedido de informações sobre a capacitação em gestão do SUS no âmbito do Programa Mineiro de Empreendedorismo e Gestão para Resultados Municipais, operacionalizado por meio da Ação 1275 - Inovação na Gestão Pública -, em especial com relação aos municípios beneficiados, ao público e ao conteúdo. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.783/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para o atendimento às demandas de estruturação de centros de referência de assistência social e centros de referência especializados de assistência social e de aquisição de veículos para os serviços da proteção social básica e especial, conforme os critérios que menciona, pactuados em audiências públicas realizadas por esta Casa para debater o projeto de revisão do PPAG. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.784/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para a modelagem de uma política de juventude que promova a articulação do Estado com municípios para a implantação de centros de referência da juventude e núcleos de formação. (- À Comissão de Esporte.)

Nº 6.785/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para que os municípios sejam orientados sobre a utilização de parte dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social em atividades de apoio técnico e operacional a conselhos. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.786/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura pedido de providências para o apoio à atividade agroextrativista, especificamente às culturas de pequi, macaúba e demais frutos do cerrado mineiro, com a restauração da Ação 4080. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.787/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a execução da Ação 4034 - Rede de Acompanhamento Social nas Escolas - do Programa 015 - Educação para Crescer - do PPAG 2012-2015. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.788/2013, da Comissão Extraordinária das Águas, em que solicita seja encaminhado à secretária de Planejamento pedido de informações sobre o motivo de recursos do Programa Bolsa Verde aparecerem, ao mesmo tempo, na execução orçamentária do Sisema, como despesa realizada em 2012, e como restos a pagar para 2013; e de esses recursos terem sido utilizados pelo IEF, em novembro deste ano, para quitar parcelas atrasadas do referido programa. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.789/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde de Guidoal pedido de providências para a inclusão de psicólogo nas equipes de saúde da família. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.790/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Subsecretaria de Agricultura Familiar pedido de providências para a execução da Ação 1218 - Fortalecimento da Agricultura Familiar para o Abastecimento Alimentar -, do Programa Cultivar, Nutrir e Educar, em Águas Formosas, Francisco Badaró, Virgem da Lapa e Paraguaçu, especialmente no que se refere a produção e comercialização de marolo neste município. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.791/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para a divulgação da cartilha *Grêmios Estudantil* e da Lei nº 12.084, de 12/1/1996, nas superintendências regionais de ensino e nas escolas públicas. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.792/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA - pedido de providências com vistas ao cadastramento de empreendimentos agroindustriais rurais de pequeno porte. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.793/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que os profissionais de educação possam participar mais ativamente da formulação metodológica que fundamenta a Ação 4187 - Programa de Intervenção Pedagógica - Ensino Fundamental PIP-EF.

Nº 6.794/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Educação pedido de providências para que os professores das escolas do campo conveniadas com a rede pública que adotem a pedagogia da alternância possam ser atendidos pelo programa Procampo. (- Distribuídos à Comissão de Educação)

Nº 6.795/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências com vistas ao cadastramento de empreendimentos agroindustriais rurais de pequeno porte. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.796/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel, em que solicita seja formulado voto de congratulações com o Sindicato dos Auditores Fiscais da Receita Estadual de Minas Gerais pela eleição de nova Diretoria Executiva, Conselho Fiscal, Conselho de Ética, representantes locais e aposentados para o biênio 2014-2015. (- À Comissão do Trabalho.)

Nº 6.797/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Dolores de Campos pelo aniversário de 75 anos desse município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.798/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Agricultura pedido de providências para que os critérios dos editais de seleção de projetos no âmbito da Ação 4114 - Fomento à Atividade Produtiva e à Organização da Agricultura Familiar -, vinculada ao Programa 161 - Desenvolvimento Sustentável da Agricultura Familiar -, beneficiem projetos propostos por alunos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância. (- À Comissão de Política Agropecuária.)

Nº 6.799/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Córrego do Bom Jesus pelo aniversário de 60 anos desse município.

Nº 6.800/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Sapucaí-Mirim pelo aniversário de 76 anos desse município. (- Distribuídos à Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.801/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que os cursos de formação continuada realizados no âmbito do programa Magistra possam ser frequentados por educadores que atuem nas escolas família agrícola. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.802/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a comunidade de Heliadora pelo aniversário de 65 anos desse município. (- À Comissão de Assuntos Municipais.)

Nº 6.803/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Municipal de Saúde de Paraguaçu pedido de providências com vistas a enviar documentação necessária à Coordenação-Geral de Saúde Bucal do Ministério da Saúde, para o credenciamento do município para o recebimento de incentivo financeiro da unidade odontológica móvel. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.804/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Prefeitura Municipal de Belo Horizonte pedido de providências para prestação de apoio técnico para a elaboração e o acompanhamento do projeto de restauração do bem cultural tombado constituído pelo casarão da Rua Manaus, 348, integrante do Conjunto Urbano Praça Floriano Peixoto e adjacências, a partir do momento em que a Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais se posicionar favoravelmente à restauração e à nova destinação do imóvel. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 6.805/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Ministério da Saúde pedido de providências com vistas à realização de estudo sobre a viabilidade de credenciamento de Paraguaçu para o recebimento de incentivo com a finalidade de implantar unidade odontológica móvel no município.



Nº 6.806/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Saúde pedido de providências com vistas à aprovação, na Comissão Intergestores Bipartite, de implantação de unidade odontológica móvel no município de Paraguaçu. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 6.807/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que promova as discussões e as articulações necessárias para se estruturar uma rede estadual capaz de abrigar os animais recolhidos devido a maus-tratos, de modo a dar suporte à atuação da Delegacia de Proteção à Fauna de Minas Gerais. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.808/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Esportes pedido de providências para construção de espaço destinado à prática esportiva e de lazer em Visconde do Rio Branco e na zona rural de Paraguaçu; iluminação do campo de futebol da Ruinha, em Águas Formosas; implantação de núcleos dos programas Geração Esporte e Geração Saúde e construção de ginásio poliesportivo na Comunidade de São João do Vacaria, em Virgem da Lapa. (- À Comissão de Esporte.)

Nº 6.809/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Planejamento pedido de providências para que promova as discussões e as articulações necessárias para se estruturar uma rede estadual capaz de abrigar os animais recolhidos devido a maus-tratos, de modo a dar suporte à atuação da Delegacia de Proteção à Fauna de Minas Gerais. (- À Comissão de Meio Ambiente.)

Nº 6.810/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para a realização de estudos de viabilidade para a canalização do Rio Sucuriú, em Francisco Badaró, numa extensão aproximada de 1km, no âmbito da Ação 1176 - Travessia Social.

Nº 6.811/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria Saúde pedido de providências para que promova campanhas focadas no tema do controle ético da população de cães e gatos e estudos destinados à implantação de unidades móveis de castração desses animais, com atuação prioritária nos municípios onde há maior descontrole das populações canina e felina. (- Distribuídos à Comissão de Saúde.)

Nº 6.812/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Educação pedido de providências para que seja verificada a existência de demanda pela educação de jovens e adultos no Município de Cajuri e a possibilidade de ofertar essa modalidade de ensino em período noturno, na Escola Estadual Capitão Arnaldo Dias de Andrade, no mesmo município. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.813/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para a interiorização das ações e dos serviços prestados pelo Escritório de Direitos Humanos, de modo a intensificar os atendimentos nos casos de violações de direitos humanos de indivíduos ou grupos socialmente vulneráveis, especialmente de comunidades tradicionais, em todas as regiões do Estado. (- À Comissão de Direitos Humanos.)

Nº 6.814/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre as planilhas do sistema socioeducativo de internação, semiliberdade e provisório, contendo as indicações que menciona.

Nº 6.815/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre o planejamento para o atendimento de adolescentes pelo sistema socioeducativo em Contagem e Betim. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 6.816/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para que apoie os municípios mineiros na estruturação de órgãos gestores de cultura no âmbito municipal, bem como para que oriente o processo de articulação do Sistema Nacional de Cultura no Estado. (- À Comissão de Cultura.)

Nº 6.817/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para a implantação de núcleos regionais do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte com vistas a atender de maneira imediata municípios ou regiões com altos índices de vitimização e de envolvimento de adolescentes em atos delituosos.

Nº 6.818/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências para realizar gratuitamente traslado de corpos e restos mortais, para o Estado, de vítimas de crimes em outros estados ou países, por meio dos núcleos de atendimento às vítimas de crimes violentos.

Nº 6.819/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para disponibilizar recursos financeiros com vistas à aquisição de viaturas para a Polícia Militar e a Polícia Civil no Município de Monte Alegre. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.820/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao diretor-geral da Arsae-MG pedido de informações sobre os critérios de cobrança da taxa de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de concessão de tarifa social ou gratuidade por todas as prestadoras desse serviço no Estado. (- À Mesa da Assembleia.)

Nº 6.821/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Arsae-MG pedido de providências para que se dê maior transparência à divulgação das consultas públicas e de seus resultados, relativos à prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no Estado. (- À Comissão de Saúde.)

Nº 6.822/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências para que priorize recursos para a manutenção do projeto Central de Apoio às Penas e Medidas Alternativas, no âmbito da Ação 4169 - Prevenção à Criminalidade -, nas leis orçamentárias do Estado. (- À Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.823/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Desenvolvimento Social pedido de providências com vistas à efetivação de medidas para organizar, ampliar, articular e fortalecer a rede de proteção especial e atendimento de alta complexidade no Estado, de forma regionalizada. (- À Comissão do Trabalho.)



Nº 6.824/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso à Sra. Vanderlucy de Oliveira Rosa, professora na escola Lu Artes - Curso de Desenho, e seus alunos pela exposição de quadros realizada na Câmara Municipal de Uberlândia, entre os dias 2 e 6 de dezembro de 2013. (- À Comissão de Educação.)

Nº 6.825/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao secretário de Defesa Social pedido de informações sobre os resultados, com estatísticas georreferenciadas, do projeto Olho Vivo na prevenção e no combate à criminalidade, bem como sobre o mapeamento da migração da ação criminal para áreas não cobertas pelo Olho Vivo e sobre a eficiência financeira do projeto.

Nº 6.826/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado ao Comandante-Geral da Polícia Militar pedido de informações sobre os resultados, com estatísticas georreferenciadas, do projeto Olho Vivo na prevenção e no combate à criminalidade, bem como sobre o mapeamento da migração da ação criminal para áreas não cobertas pelo Olho Vivo e sobre a eficiência financeira do projeto. (- Distribuídos à Mesa da Assembleia.)

Nº 6.827/2013, da Comissão de Participação Popular, em que solicita seja encaminhado à Chefia de Polícia Civil pedido de providências para que destine espaço específico com vistas à implantação da Delegacia Especializada em Crimes Raciais e Delitos de Intolerância no novo prédio do Departamento de Investigação, Orientação e Proteção à Família.

Nº 6.828/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado ao Comando-Geral da PMMG pedido de providências para que disponibilize recursos financeiros com vistas à aquisição de equipamentos e viaturas e ao aumento do efetivo dessa corporação no Município de Monte Alegre.

Nº 6.829/2013, da deputada Liza Prado, em que solicita seja encaminhado à Chefia de Polícia Civil pedido de providências para disponibilizar recursos financeiros com vistas à aquisição de equipamentos e viaturas e ao aumento do número de policiais no Município de Monte Alegre. (- Distribuídos à Comissão de Segurança Pública.)

Nº 6.830/2013, da Comissão de Educação, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Ciência e Tecnologia pedido de providências para a instalação da lousa interativa integrante do projeto Vaitec no Centro de Formação Túlio Dário, no Município de Araxá.

Nº 6.831/2013, da Comissão de Cultura, em que solicita seja encaminhado à Fundação Municipal de Cultura de Belo Horizonte pedido de providências para que, nas próximas edições da Virada Cultural, sejam ampliadas as apresentações descentralizadas nas diferentes regiões do município, garantindo-se a dotação orçamentária necessária para tal ampliação.

Nº 6.832/2013, da Comissão de Cultura, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Cultura pedido de providências para que o órgão gestor de cultura participe das próximas edições da Virada Cultural, promovendo a interiorização do evento no Estado.

Nº 6.833/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados ao Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos e Apoio Comunitário as notas taquigráficas da 77ª Reunião Extraordinária dessa comissão, os documentos apresentados nessa reunião e pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de intimidação, ameaças e cerceamento da liberdade de atuação sindical no Estado.

Nº 6.834/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas da 77ª Reunião Extraordinária dessa comissão, os documentos apresentados nessa reunião e pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de intimidação, ameaças e cerceamento da liberdade de atuação sindical no Estado.

Nº 6.835/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Procuradoria-Geral de Justiça as notas taquigráficas da 78ª Reunião Extraordinária dessa comissão, as cópias dos registros de eventos que menciona e pedido de providências para que seja designado promotor de justiça para acompanhar a apuração dos fatos realizada pela Corregedoria-Geral de Polícia Civil.

Nº 6.836/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Corregedoria-Geral de Polícia Civil pedido de providências para que sejam apuradas supostas irregularidades ocorridas no Registro de Evento de Defesa Social nº 2013-023987500-001 e sejam ouvidos o Sr. Alex Rodrigues Goulart, o Sgt. PM Patrick Medeiros de Jesus, o Cap. PM Waldemiro Gomes de Almeida Filho e as Sras. Geralda Cabral de Oliveira Andrade e Tatiane Silva Cabral acerca dos fatos narrados na 78ª Reunião Extraordinária dessa comissão.

Nº 6.837/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria-Geral de Polícia Militar as notas taquigráficas da 77ª Reunião Extraordinária dessa comissão, os documentos apresentados nessa reunião e pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de intimidação, ameaças e cerceamento da liberdade de atuação sindical no Estado.

Nº 6.838/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas à designação de equipe composta de delegado, escrivão e agente de polícia para atuar em cooperação com o Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos no Município de Ribeirão das Neves.

Nº 6.839/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Organização Internacional do Trabalho as notas taquigráficas da 77ª Reunião Extraordinária dessa comissão, os documentos apresentados nessa reunião e pedido de providências para que sejam apuradas as denúncias de intimidação, ameaças e cerceamento da liberdade de atuação sindical no Estado.

Nº 6.840/2013, da Comissão de Direitos Humanos, em que solicita sejam encaminhados à Promotoria de Defesa dos Direitos Humanos e Controle das Atividades Policiais as notas taquigráficas da 78ª Reunião Extraordinária dessa comissão, cópia dos registros de eventos de defesa social que menciona e pedido de providências para que sejam apuradas eventuais irregularidades nas operações realizadas, especialmente na de 20/11/2013.

Nº 6.841/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados ao Comando-Geral da Polícia Militar as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para que seja aumentado o efetivo de policiais militares na 19ª Cia. dessa corporação.



Nº 6.842/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja formulada manifestação de aplauso ao Cb. BM Vilmar Abreu Rocha, lotado no 2º BBM, que, mesmo à paisana e de folga, prestou socorro a uma criança, vítima de atropelamento por composição férrea na estação de metrô da Lagoinha, em Belo Horizonte.

Nº 6.843/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado à Secretaria de Defesa Social pedido de providências com vistas a instalar um centro socioeducativo de menores infratores no Município de Pará de Minas.

Nº 6.844/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita seja encaminhado ao Juízo da Vara de Execuções Criminais da Comarca de Contagem pedido de providências com vistas a transferir o 3º Sgt. BM Joaquim Damásio de Jesus, do Quadro de Praças da Reserva do Corpo de Bombeiros Militar, para o Município de Governador Valadares, pelos fatos que menciona.

Nº 6.845/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Corregedoria da Polícia Militar as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para apurar as denúncias de policiamento irregular e ilegal feito por viaturas dessa corporação nos bancos Bradesco e Sicoob.

Nº 6.846/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados à Secretaria de Defesa Social as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para que seja instalada em Pará de Minas uma casa de albergados.

Nº 6.847/2013, da Comissão de Segurança Pública, em que solicita sejam encaminhados ao governador do Estado as notas taquigráficas da 27ª Reunião Extraordinária dessa comissão e pedido de providências para que seja reestruturada a Área Integrada de Segurança Pública que abrange o Município de Pará de Minas, de modo a satisfazer as demandas locais e regionais e os preceitos de integração da gestão em segurança pública.

Nº 6.848/2013, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à Presidência da Funasa pedido de providências para agilizar a inclusão do Município de Pai Pedro no Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos.

Nº 6.849/2013, da Comissão de Cultura, em que solicita seja formulado voto de congratulações com a Sra. Raquel Barbosa Mantovani, diretora do Instituto Cultural Vivace, pela realização de mais uma edição do projeto Música nas Montanhas, em Poços de Caldas.

Nº 6.850/2013, da Comissão de Saúde, em que solicita seja encaminhado à presidente da República, ao Ministério da Saúde e à Casa Civil da Presidência da República pedido de providências para a regulamentação do art. 49 da Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011, que trata da proibição de fumar em recinto coletivo fechado, privado ou público.

Nº 6.851/2013, da Comissão de Esporte, em que solicita sejam formulados votos de congratulações com os atletas Bruno Soares e Marcelo Melo por representarem o Brasil no ATP World Tour Finals, torneio promovido pela Associação de Tenistas Profissionais, em Londres.

- É também encaminhado à presidência requerimento do deputado Cabo Júlio.

Comunicações

- São também encaminhadas à presidência comunicações das Comissões de Esporte, de Educação e de Segurança Pública e do deputado Celinho do Sinttrocel.

Oradores Inscritos

A presidente (deputada Liza Prado) - Com a palavra, o deputado João Leite.

- O deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

Questão de Ordem

O deputado Rogério Correia - É só uma questão de ordem. Fui citado, e parecia que o deputado João Leite queria um debate. Mas, como sempre, quando lhe é pedido aparte, ele não o concede para um debate. Minha manifestação é só para esclarecer o povo mineiro sobre como funciona o deputado João Leite. Ele quer xingar, falar, esbravejar e ficar nervoso, mas escutar uma resposta não é da posição desse deputado. Seu espírito autoritário não permite que isso seja feito. Quando eu tiver chance, vou responder às provocações e aos xingamentos feitos, com o ódio que sempre faz parte da personalidade do deputado João Leite. Mas farei isso depois, porque agora quero apenas registrar que, infelizmente, ele não concede aparte porque não gosta de escutar o contraponto. Obrigado.

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - No momento oportuno, a presidência concederá todo o prazo a V. Exa. e também ao deputado João Leite. Com a palavra, o deputado Bonifácio Mourão.

- O deputado Bonifácio Mourão profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente (deputado Tadeu Martins Leite) - Com a palavra, o deputado Bosco.

- O deputado Bosco e a deputada Maria Tereza Lara proferem discursos, que serão publicados em outra edição.

2ª Parte (Ordem do Dia)

1ª Fase

Abertura de Inscrições

O presidente (deputado Rômulo Viegas) - Esgotado o prazo destinado a esta parte, a presidência passa à 2ª Parte da reunião, com a 1ª Fase da Ordem do Dia, compreendendo as comunicações da presidência e de deputados e a apreciação de pareceres e de requerimentos. Estão abertas as inscrições para o Grande Expediente da próxima reunião.

Comunicação da Presidência

A presidência informa ao Plenário que foram recebidos e aprovados, nos termos da Decisão Normativa da Presidência nº 9, os Requerimentos nºs 6.830/2013, da Comissão de Educação, 6.831, 6.832 e 6.849/2013, da Comissão de Cultura, 6.833 a 6.840/2013, da Comissão de Direitos Humanos, 6.841 a 6.847/2013, da Comissão de Segurança Pública, 6.848 e 6.850/2013, da Comissão de Saúde, e 6.851/2013, da Comissão de Esporte. Publique-se para os fins do art. 104 do Regimento Interno.

Leitura de Comunicações

- A seguir, o presidente dá ciência ao Plenário das comunicações apresentadas nesta reunião pelas Comissões de Esporte - aprovação, na 6ª Reunião Extraordinária, em 11/12/2013, do Projeto de Lei nº 4.619/2013, do deputado Fabiano Tolentino; de Educação - aprovação, na 22ª Reunião Ordinária, em 11/12/2013, do Projeto de Lei nº 4.637/2013, do governador do Estado, e dos Requerimentos nºs 6.511/2013, do deputado Celinho do Sinttrocel, 6.512/2013, do deputado Ivair Nogueira, 6.518, 6.520, 6.523 e 6.537/2013, da Comissão de Participação Popular, 6.522, 6.525, 6.526 e 6.530/2013, do deputado Ivair Nogueira, e 6.572/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; e de Segurança Pública - aprovação, na 29ª Reunião Extraordinária, em 12/12/2013, dos Requerimentos nºs 6.499 a 6.503, 6.531, 6.533, 6.534, 6.538 a 6.543 e 6.548 a 6.551/2013, do deputado Cabo Júlio, 6.507/2013, do deputado Tenente Lúcio, 6.510, 6.513, 6.514, 6.535, 6.536 e 6.544 a 6.547/2013, do deputado Sargento Rodrigues (Ciente. Publique-se.).

Despacho de Requerimentos

- A seguir, o presidente defere, nos termos do inciso VIII do art. 232 do Regimento Interno, o requerimento do deputado Cabo Júlio em que solicita a retirada de tramitação do Projeto de Resolução nº 4.576/2013 (Arquive-se o projeto.).

2ª Fase

O presidente - Esgotada a matéria destinada a esta fase, a presidência passa à 2ª Fase da Ordem do Dia, com a discussão e a votação da matéria constante na pauta.

Palavras do Presidente

A presidência informa ao Plenário que fez retirar da pauta desta reunião os Projetos de Resolução nºs 4.458, 4.487 e 4.521/2013 e os Projetos de Lei nºs 701, 1.023, 1.211, 2.345 e 2.547/2011, 3.649 e 3.666/2012 e 3.782, 3.874, 3.813, 3.814, 3.816, 3.817, 3.818, 3.819, 3.876, 3.877, 4.040, 4.106, 4.189, 4.415, 4.434 e 4.648/2013, apreciados na extraordinária realizada hoje, pela manhã. A presidência informa ainda que, por acordo de líderes, foram retirados das pautas de hoje as Propostas de Emenda à Constituição nºs 31/2012 e 59/2013, os Projetos de Lei Complementar nºs 24/2012 e 53/2013 e os Projetos de Lei nºs 3.077/2012 e 4.352 e 4.454/2013.

Discussão e Votação de Proposições

O presidente - Vem à Mesa o requerimento do deputado Gustavo Valadares em que solicita a inversão da pauta desta reunião, de modo que o Projeto de Lei nº 4.441/2013 seja apreciado em primeiro lugar entre as matérias em fase de discussão. Em votação, o requerimento. As deputadas e os deputados que o aprovam permaneçam como se encontram. (- Pausa.) Aprovado.

Votação, em 2º turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 47/2013, do deputado Jayro Lessa e outros, que altera o inciso II do § 3º do art. 53 da Constituição do Estado. A presidência verifica, de plano, que não há quórum especial para votação de proposta de emenda à Constituição, mas que há para a votação das demais matérias constantes na pauta.

Registro de Presença

O presidente - A presidência registra a presença, nas galerias, dos vereadores Jonnathan e Cesar, do Município de Senador José Bento. Sejam bem-vindos!

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 4.441/2013, do governador do Estado, que extingue o Departamento Estadual de Telecomunicações - Detel - e dá outras providências. A Comissão de Justiça conclui pela constitucionalidade do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta. A Comissão de Administração Pública opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. A Comissão de Fiscalização Financeira opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Justiça, com as Emendas nºs 1 e 2, da Comissão de Administração Pública. Em discussão, o projeto.

O presidente (deputado Dalmo Ribeiro Silva) - Com a palavra, para discutir, o deputado João Leite.

- O deputado João Leite profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente (deputado Elismar Prado) - Com a palavra, para discutir, o deputado Vanderlei Miranda.

- O deputado Vanderlei Miranda profere discurso, que será publicado em outra edição.

O presidente (deputado Dilzon Melo) - Com a palavra, para discutir, o deputado Rogério Correia.

- O deputado Rogério Correia profere discurso, que será publicado em outra edição.

A presidente (deputada Liza Prado) - Não há outros oradores inscritos.

- Vem à Mesa a Emenda nº 3, que foi publicada na edição anterior.

A presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentada ao projeto uma emenda do deputado Vanderlei Miranda, que recebeu o nº 3, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha a emenda com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer. A presidência informa, ainda, que a emenda encaminhada pelo Governador do Estado por meio da Mensagem nº 568/2013, publicada em 14/11/2013, foi incorporada ao parecer da Comissão de Justiça e será arquivada nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

Prorrogação da Reunião

A presidente - A presidência, nos termos do art. 21 do Regimento Interno, prorroga esta reunião até as 19h59min. A presidência verifica, de plano, que não há quórum para votação, mas que há para a discussão das matérias constantes na pauta. Prosseguimento da discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.784/2013, da Mesa da Assembleia, que fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do deputado estadual. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vêm à Mesa:

**SUBSTITUTIVO Nº 1 AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4.784/2013**

Fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual e dá outras providências.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais aprova:

Art. 1º - A remuneração do Deputado constitui-se de subsídio mensal, no valor correspondente ao limite máximo previsto no art. 27, § 2º, da Constituição da República, e será reajustada com observância dos mesmos índices, sempre que se altere a legislação federal pertinente.

§ 1º - É devida ao Deputado, no início e no final do mandato, ajuda de custo equivalente ao valor do subsídio mensal, vedada a concessão desse benefício ao suplente reconvocato na mesma legislatura.

§ 2º - No mês de dezembro é devida ao Deputado a importância correspondente ao subsídio mensal, em valor proporcional ao efetivo exercício do mandato parlamentar no ano.

§ 3º - Não será devido o pagamento de auxílio-moradia a Deputado, em nenhuma hipótese.

Art. 2º - A Assembleia Legislativa reembolsará o Deputado de despesas realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar, mediante requerimento e comprovação de gastos por meio de nota fiscal ou documento equivalente de quitação, nos termos de regulamento da Mesa da Assembleia Legislativa.

Parágrafo único - Poderão ser reembolsáveis as seguintes despesas, desde que realizadas em razão de atividade inerente ao exercício do mandato parlamentar:

I - aluguel de imóvel, bem como despesas a ele concernentes, destinado à instalação de escritório de representação político-parlamentar situado fora das instalações da Assembleia;

II - combustível, lubrificante, manutenção e despesas gerais com veículos terrestres, bem como locação e fretamento de veículos utilizados no exercício do mandato parlamentar;

III - contratação de serviços técnicos profissionais de consultoria, assessoria e pesquisa para fins de apoio ao exercício do mandato parlamentar;

IV - material de expediente, despesas gerais com informática e locação de móveis e equipamentos para o escritório de representação político-parlamentar;

V - passagens, hospedagem e alimentação referentes a despesas realizadas no território do Estado ou em Brasília;

VI - assinatura de publicações, periódicos e *clippings*;

VII - promoção e participação em eventos;

VIII - divulgação da atividade parlamentar, exceto nos três meses que antecedam eleições em que:

a) o Deputado seja candidato a outro cargo;

b) o cargo de Deputado Estadual esteja em disputa, independentemente de o parlamentar estar concorrendo nas eleições.

Art. 3º - O ressarcimento das despesas de que trata o art. 2º será interrompido quando:

I - o Deputado estiver licenciado para tratar, sem remuneração, de interesse particular;

II - o respectivo suplente estiver no exercício do mandato.

§ 1º - O reembolso previsto no art. 2º será interrompido no período em que o Deputado estiver investido em cargo previsto no inciso I do caput do art. 59 da Constituição do Estado, mesmo que opte pela remuneração do mandato.

§ 2º - Nos casos de afastamento, desligamento ou ingresso de suplente ou de reassunção do mandato, deverá ser observado, no mês de ocorrência do fato, o critério *pro rata die* na aplicação do limite do reembolso das despesas de que trata o art. 2º.

Art. 4º - É vedado o pagamento a servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa ocupantes dos cargos de Diretor ou de Secretário-Geral de qualquer valor, de caráter remuneratório ou indenizatório, pela participação em conselhos, comissões ou qualquer órgão colegiado.

Art. 5º - Fica limitada ao teto constitucional a remuneração dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, nela se incluindo todas as verbas de caráter remuneratório, inclusive as vantagens pessoais, as gratificações e as parcelas de natureza eventual.

§ 1º - Os servidores cuja remuneração total exceda ao previsto no *caput* deste artigo terão sua remuneração adequada ao teto constitucional, não lhes sendo aplicáveis a recomposição prevista em data-base ou qualquer outro reajuste, até que sua remuneração seja adequada ao teto.

§ 2º - A Assembleia Legislativa publicará, mensalmente, em seu sítio na internet, a relação dos servidores que se enquadrem na situação de que trata o § 1º.

Art. 6º - A Assembleia Legislativa publicará, mensalmente, informações sobre as viagens internacionais realizadas com custo para a Assembleia Legislativa, com indicação do período de duração das viagens e da justificativa para sua realização.

Art. 7º - Fica revogada a Resolução nº 5.200, de 27 de setembro de 2001.

Art. 8º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sávio Souza Cruz - Rogério Correia.

**EMENDAS AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 4.784/2013****EMENDA Nº 1**

Acrescenta-se onde convier:

Art. ... - A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais divulgará a remuneração e o subsídio recebidos por seus servidores ocupantes de cargo, bem como aqueles ocupantes de função e emprego público, incluindo auxílios, ajudas de custo e quaisquer outras vantagens pecuniárias, bem como proventos de aposentadoria e pensões daqueles que estiverem na ativa.

§ 1º - A divulgação a que se refere o *caput* deve indicar o nome completo do servidor ou empregado público e sua matrícula.

§ 2º - Os valores previstos no *caput* abrangem parcelas remuneratórias e indenizatórias, devendo ser divulgada a remuneração bruta e líquida dos servidores ocupantes de cargo e dos ocupantes de função e emprego público.

Art. ... - O modo de divulgação deve assegurar o direito fundamental de acesso à informação e deve ser executado em conformidade com os princípios básicos da administração pública e com as seguintes diretrizes:

- I - observância da publicidade como preceito geral e do sigilo como exceção;
- II - divulgação de informações de interesse público, independentemente de solicitações;
- III - utilização de meios de comunicação viabilizados pela tecnologia da informação;
- IV - fomento ao desenvolvimento da cultura de transparência na administração pública;
- V - desenvolvimento do controle social da administração pública.

Art. ... - É dever da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais garantir o direito de acesso à informação, que será franqueada, mediante procedimentos objetivos e ágeis, de forma transparente, clara e em linguagem de fácil compreensão.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sargento Rodrigues

Justificação: Apresenta-se a proposição com o fim de garantir o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição da República, todos garantidores da devida transparência e da publicidade dos gastos públicos.

Ademais, vislumbra-se, ainda, com a emenda ora em questão dar aplicabilidade à Lei nº 12.527, de 2011, que regula o acesso a informações e dispõe sobre os procedimentos a serem observados pela União, pelos estados, pelo Distrito Federal e pelos municípios.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

EMENDA Nº 2

Suprimam-se os arts. 2º e 3º, renumerando-se os demais e dando-se ao art. 5º a seguinte redação:

“Art. 5º - O ressarcimento relativo às despesas de que trata o art. 4º será interrompido quando:

- I - o deputado estiver licenciado para tratar, sem remuneração, de interesse particular;
- II - o respectivo suplente estiver no exercício do mandato.

§ 1º - o reembolso previsto no art. 4º será interrompido no período em que o deputado estiver investido em cargo previsto no inciso I do *caput* do art. 59 da Constituição do Estado, mesmo que opte pela remuneração do mandato.

§ 2º - Nos casos de afastamento, desligamento ou ingresso de suplente ou de reassunção do mandato, deverá ser observado, no mês de ocorrência do fato, o critério *pro rata die* no reembolso das despesas de que trata o art. 4º.”

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Gustavo Corrêa

EMENDA Nº 3

Fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual.

Acrescente-se onde couber:

Art. ... - Deverão ser publicadas mensalmente as viagens internacionais realizadas com custo para a Assembleia Legislativa, com seus respectivos período e justificativa.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sávio Souza Cruz - Rogério Correia.

EMENDA Nº 4

Fixa normas sobre a remuneração e as verbas indenizatórias do Deputado Estadual.

Acrescente-se onde couber:

Art. ... - Não será devido o pagamento de auxílio-moradia ao Deputado, em nenhuma hipótese.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sávio Souza Cruz - Rogério Correia.

EMENDA Nº 5

Acrescente-se onde convier:

Art. ... - É vedado o pagamento a servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa ocupantes dos cargos de Diretor ou de Secretário-Geral de qualquer valor, de caráter remuneratório ou indenizatório, pela participação em conselhos, comissões ou qualquer órgão colegiado.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sávio Souza Cruz - Rogério Correia.

EMENDA Nº 6

Acrescente-se onde convier:

Art. ... - Fica limitada ao teto constitucional a remuneração dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa, nela se incluindo todas as verbas de caráter remuneratório, inclusive as vantagens pessoais, as gratificações e as parcelas de natureza eventual.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sávio Souza Cruz - Rogério Correia.

EMENDA Nº 7

Acrescente-se onde convier:

Art. ... - Os servidores cuja remuneração total exceda ao teto constitucional terão sua remuneração adequada ao referido teto, não lhes sendo aplicáveis a recomposição prevista em data-base ou qualquer outro reajuste, até o enquadramento de sua remuneração ao teto.

Parágrafo único - A Assembleia Legislativa publicará mensalmente, em seu sítio na internet, a relação dos servidores de que trata este artigo.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sávio Souza Cruz - Rogério Correia

EMENDA Nº 8

Acrescente-se onde convier:

Art. ... - Fica a Assembleia Legislativa obrigada a publicar, trimestralmente, em meios eletrônicos de acesso público, informações pormenorizadas dos gastos públicos com publicidade, indicando o nome das empresas prestadoras dos serviços de publicidade, o número no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ - e os valores pagos.

§ 1º - Ficam as empresas prestadoras de serviço de publicidade obrigadas a encaminhar à Assembleia Legislativa, trimestralmente, relatórios detalhados dos gastos realizados com cada veículo de comunicação, discriminando o serviço prestado, para a publicação nos meios eletrônicos de acesso público.

Sala das Reuniões, 12 de dezembro de 2013.

Sargento Rodrigues

Justificação: O acesso à informação é um direito humano fundamental e está vinculado à noção de democracia. Dessa forma, para que o livre fluxo de ideias e informações seja garantido, é extremamente importante que os órgãos públicos facilitem aos cidadãos o acesso a informações de interesse público.

A informação sob a guarda do Estado é, via de regra, pública, devendo o acesso a ela ser restringido apenas em casos específicos. Isso significa que a informação produzida, guardada, organizada e gerenciada pelo Estado em nome da sociedade é um bem público. O acesso a essas informações - que incluem documentos, arquivos, estatísticas - constitui-se em um dos fundamentos para o aprofundamento e a consolidação da democracia, ao fortalecer a capacidade dos cidadãos de participar mais efetivamente do processo de tomada de decisões que os afetam.

Nesse sentido, o princípio da publicidade, previsto no art. 37 da Constituição da República, atribui aos órgãos e entidades públicas o dever de divulgar informações de interesse público de forma proativa ou rotineira, independentemente de solicitações específicas. Ou seja, o Estado deve ser proativo no desenvolvimento de mecanismos e políticas de acesso à informação. Ademais, a Lei de Acesso à Informação, Lei nº 12.527, que entrou em vigor em 16 de maio de 2012, tem como propósito regulamentar o direito constitucional dos cidadãos de acesso às informações públicas no País.

É importante, ainda, salientar que o acesso à informação é reconhecido como direito humano fundamental por importantes organismos da comunidade internacional. Desde sua origem, a Declaração Universal dos Direitos Humanos, adotada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas em 1948, já previa, em seu art. 19 que “todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão; esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras”.

Trata-se, portanto, de controle social, de acompanhamento da gestão pública pela sociedade, ou seja, de um complemento indispensável à fiscalização exercida pelos órgãos públicos.

Assim, contamos com o apoio dos nobres pares para a aprovação desta proposição.

A presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foram apresentados ao projeto um substitutivo dos deputados Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, que recebeu o nº 1, duas emendas do deputado Sargento Rodrigues, que receberam os nºs 1 e 8, uma do deputado Gustavo Corrêa, que recebeu o nº 2, e cinco dos deputados Sávio Souza Cruz e Rogério Correia, que receberam os nºs 3 a 7, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha o substitutivo e as emendas com o projeto à Mesa da Assembleia para parecer.

Discussão, em 1º turno, do Projeto de Resolução nº 4.785/2013, da Mesa da Assembleia, que altera dispositivos da Resolução nº 5.100, de 29/6/1991, que dispõe sobre o Apoio às Atividades de Representação Político-Parlamentar e dá outras providências, e da Resolução nº 5.214, de 23/12/2013, que altera o sistema de carreira dos servidores da Secretaria da Assembleia Legislativa e dá outras providências. A Mesa da Assembleia opina pela aprovação do projeto com as Emendas nºs 1 e 2, que apresenta. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos. Encerra-se a discussão.

Discussão, em 2º turno, do Projeto de Lei nº 493/2011, do deputado Alencar da Silveira Jr., que altera a Lei nº 12.666, de 4/11/1997, que dispõe sobre a Política Estadual de Amparo ao Idoso e dá outras providências. A Comissão do Trabalho opina pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 1, que apresenta, ao vencido em 1º turno. Em discussão, o projeto. Não há oradores inscritos.

- Vem à Mesa o Substitutivo nº 2, que foi publicado na edição anterior.

A presidente - Encerra-se a discussão. A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado Dinis Pinheiro e outros, que recebeu o nº 2, e que, nos termos do § 4º do art. 189 do Regimento Interno, será submetido a votação independentemente de parecer.

Nesse projeto dos idosos, deputado Rogério Correia, tanto a pessoa com deficiência quanto os idosos serão beneficiados porque já temos no Estado uma legislação e um regulamento. Quanto ao transporte intermunicipal, no nosso estado, a lei não é cumprida. Portanto, foi muito importante a participação do presidente desta Casa juntamente com a Frente do Parlamentar do Idoso, assim como esse projeto que aprovamos nesta Casa e que recebeu agora um substitutivo do qual também sou autora. Fico muito feliz, deputado Gilberto Abramo, porque o idoso hoje precisa ir a São Paulo ou ao Rio de Janeiro para retornar a uma cidade próxima e se locomover dentro do Estado de Minas Gerais. Num território tão grande como o nosso, com 853 municípios, pessoas não conseguem reserva no ônibus para visitar outra cidade - por exemplo, quem está em Uberlândia e deseja vir para Belo Horizonte, ou quem está em Belo Horizonte e deseja ir para Ipatinga e por aí afora, muitas vezes tem de ir a outro Estado para conseguir um desconto, pois a legislação já garante fora do Estado aos idosos e à pessoa com deficiência a reserva nos ônibus. Portanto, com a frente, isso avançou bastante. Creio que, bem em breve, no ano que vem, começaremos a ter essa legislação em funcionamento. Acredito bastante que avançaremos.

A presidência verifica, de plano, a inexistência de quórum para a continuação dos trabalhos.

Palavras da Presidente

A presidência encerra, nos termos do art. 244 do Regimento Interno, a discussão, em 1º turno, dos Projetos de Lei nºs 4.180, 4.439, 4.440, 4.740 e 4.745/2013, uma vez que permaneceram em ordem do dia por seis reuniões.

A presidência informa ao Plenário que, no decorrer da discussão do Projeto de Lei nº 4.439/2013, foi apresentado ao projeto um substitutivo do deputado Rogério Correia, que recebeu o nº 3, e sete emendas do governador do Estado, encaminhadas nesta data por meio da Mensagem nº 587/2013, que receberam os nºs 1 a 7, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas e o substitutivo com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

A presidência informa que, no decorrer da discussão do Projeto de Lei nº 4.440/2013, foram apresentadas ao projeto uma emenda do deputado Antônio Carlos Arantes, que recebeu o nº 3, uma do deputado Celinho do Sintrocél, que recebeu o nº 4, uma do deputado Sávio Souza Cruz, que recebeu o nº 5, e seis do governador do Estado, encaminhadas nesta data por meio da Mensagem nº 588/2013, que receberam os nºs 6 a 11, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

A presidência informa ainda que as emendas encaminhadas pelo governador do Estado por meio das Mensagens nºs 524/2013, publicada em 12/9/2013, e 566/2013, publicada em 9/11/2013, foram incorporadas ao parecer da Comissão de Justiça, que a emenda encaminhada por meio da Mensagem nº 570/2013, publicada em 28/11/2013, foi incorporada ao parecer da Comissão de Administração Pública, que a emenda encaminhada por meio da Mensagem nº 582/2013, publicada em 4/12/2013, foi incorporada ao parecer da Comissão de Prevenção e Combate às Drogas, que a emenda encaminhada por meio da Mensagem nº 585/2013, publicada em 4/12/2013, foi incorporada ao parecer da Comissão de Administração Pública, e que todas essas emendas serão arquivadas nos termos do inciso IV do art. 180 do Regimento Interno.

A presidência informa ainda que, no decorrer da discussão do Projeto de Lei nº 4.745/2013, foram apresentadas ao projeto cinco emendas do governador do Estado, encaminhadas nesta data por meio das Mensagens nºs 586 e 589/2013, que receberam os nºs 1 a 5, e, nos termos do § 2º do art. 188 do Regimento Interno, encaminha as emendas com o projeto à Comissão de Fiscalização Financeira para parecer.

- O teor do substitutivo e das emendas apresentados foi publicado na edição anterior.

Encerramento

A presidente - A presidência encerra a reunião, desconvocando a extraordinária de logo mais, às 20 horas, e convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de terça-feira, dia 17, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária na mesma data, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada será publicada na edição do dia 17/12/2013.). Levanta-se a reunião.

ATA DA 70ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 5/12/2013

Presidência da Deputada Luzia Ferreira

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Execução dos Hinos da Itália e do Brasil - Palavras do Deputado Ivair Nogueira - Entrega de Título - Palavras do Sr. Massimo Battaglini - Palavras da Presidente - Encerramento.

Comparecimento

- Comparecem os deputados e a deputada:

Ivaír Nogueira - Antônio Genaro - Luzia Ferreira - Sebastião Costa.

Abertura

A presidente (deputada Luzia Ferreira) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Sebastião Costa, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião à entrega ao Sr. Massimo Battaglini do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, concedido a requerimento do deputado Ivaír Nogueira pelo governador do Estado, por meio do Decreto NE nº 475, de 3 de setembro de 2013, publicado no *Diário do Executivo* em 4 de setembro de 2013.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Massimo Battaglini; Giacomo Regaldo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais; José Aparecido Ribeiro, presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas da Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas; e deputado Ivaír Nogueira, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Gostaríamos de registrar o recebimento de mensagens que nos foram enviadas pelo Exmo. Sr. deputado federal Padre João, pelas Exmas. Sras. deputada federal Margarida Salomão; e Dorothea Werneck, secretária de Estado de Desenvolvimento Econômico, através das quais justificam a ausência em razão de outros compromissos previamente agendados que conflitam com este horário e cumprimentam o deputado Ivaír Nogueira pela iniciativa da solicitação do requerimento e naturalmente o Sr. Massimo Battaglini, que recebe nesta noite homenagem do povo de Minas.

Execução dos Hinos da Itália e do Brasil

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino da Itália e, a seguir, o Hino Nacional Brasileiro, que serão interpretados pelo saxofonista Ibraim Netto e pelo pianista Maurício Veloso.

- Procede-se à execução dos Hinos da Itália e do Brasil.

Palavras do Deputado Ivaír Nogueira

Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira, aqui representando o nosso amigo e digno deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa; Massimo Battaglini, meu amigo e homenageado desta noite com o título de cidadão honorário de Minas Gerais; Giacomo Regaldo, meu amigo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais; José Aparecido Ribeiro, meu amigo, presidente do Conselho Empresarial de Políticas Urbanas da Associação Comercial e Empresarial de Minas - ACMinas; meu amigo José Maria Fialho, vice-presidente do Cruzeiro; demais autoridades presentes; senhoras e senhores. Quero cumprimentar a minha esposa Léa, a minha filha Léa, os meus netos Lorenzo, Bruno, Vinícius, Monique, Célio Nogueira, meu irmão Rubens, Assunta e a Bruna. Cumprimento também todos os convidados presentes nesta noite.

Farei alguns comentários antes de entrar no meu pronunciamento que visa prestar homenagem muito justa a esse homem que contribuiu muito para o desenvolvimento de Minas Gerais, ajudando a elevar o nome do nosso estado. Por isso tomamos a iniciativa de homenageá-lo. Foi uma iniciativa aprovada pela Assembleia Legislativa e pelo governador de Minas. Depois de conversas com a Rosana Ribeiro, que já trabalhou nesta Casa, e com a Leda, chegamos à conclusão de que precisávamos homenagear uma pessoa tão importante, tão ilustre e que tem contribuído para levar o nome de Minas Gerais para dentro e para fora do Brasil.

Hoje o dia está todo azul, José Maria. Começou azul pela manhã. Hoje à tarde tivemos aqui uma festa maravilhosa em homenagem ao Cruzeiro, que tem tudo a ver com os italianos, porque é oriundo da Itália. Estiveram presentes o José Maria Fialho, vice-presidente do Cruzeiro, o Gilvan de Pinho Tavares, presidente do Cruzeiro, toda a diretoria do clube, o Marcelo Oliveira, técnico do Cruzeiro, e jogadores. Este Plenário foi tomado por uma multidão em uma homenagem muito justa ao Cruzeiro Esporte Clube, que, sem dúvida alguma, honrou o nome de Minas Gerais e trouxe o importante título de tricampeão brasileiro. Estou fazendo essa referência, porque o time tem tudo a ver com a Itália. Estamos lutando por Minas Gerais. Mesmo sendo cruzeirense, estamos torcendo para que o Clube Atlético Mineiro alcance uma grande conquista e seja o campeão do mundo no final de dezembro. Isso só eleva e engrandece o nome de Minas Gerais.

Massimo, aqui estão o Célio Nogueira e sua esposa Assunta. Os avós dela são descendentes de italianos. A minha esposa também é descendente de italianos. A esposa do Célio é da família Piantino. A minha esposa é da família Mafia. Então, tem tudo a ver esse entrosamento de Brasil e Itália, Minas e Itália.

Em um dos meus mandatos, fizemos um movimento Minas-Itália. Descobrimos que existem muitas coisas em Minas Gerais que são originárias da Itália. Esse trabalho tem sido acompanhado, é fundamental. Ao ver aqui na Mesa um amigo como o Regaldo, concluo que existe uma relação também muito importante com a Fiat Automóveis, que é italiana e nos deu muito orgulho ao vir para Betim.

Esta semana, houve a inauguração do Memorial da Assembleia Legislativa, que ficou maravilhoso. Na oportunidade, estive aqui o governador que trouxe a Fiat para Minas Gerais, para Betim, o amigo Rondon Pacheco. Ele fez questão de vir aqui. Eu dizia a ele sobre a importância que sua atuação como governador teve para Minas Gerais, para o contexto da nossa economia, e o que representa a Fiat Automóveis hoje não só para Betim, mas para o PIB mineiro. É uma empresa de grande representatividade. Devemos muito ao Rondon Pacheco. Betim e Minas devem muito a ele. Ele ficou emocionado quando falamos com ele. Está beirando a casa dos 90 anos, mas ainda muito lúcido.



Massimo, vejo aqui o Regaldo, um amigo com quem tivemos a oportunidade de conviver em Betim, uma pessoa fantástica, que chegou a Betim na época em que trabalhávamos com imobiliária. O Regaldo era um companheiro, um amigo que sempre abriu as portas da Tekside, uma empresa ligada à Fiat Automóveis e que contribuiu com o desenvolvimento da nossa cidade. Então, quero aproveitar o ensejo para parabenizá-lo, pois, durante o tempo em que esteve na Tekside, fez muito por Betim. Somos muito gratos, e você também é uma figura que merece todo o nosso respeito e toda a nossa consideração.

Mas falar do Massimo é fácil. É uma pessoa que facilita nossa busca em homenageá-lo. Para começar, gostaria de apresentar meu conceito sobre culinária e gastronomia: são artes de primeira grandeza, porque é preciso ter dom. Se não tiver dom, não adianta. É preciso ter habilidade, criatividade, inspiração, sensibilidade e - por que não dizer? - é preciso ter, literalmente, bom gosto ao se propor a este ofício.

Dito isso, posso dissertar sobre algumas verdades dessas artes. Embora muitos não tenham a consciência, a culinária e seu ramo gastronômico fazem parte dos principais momentos da nossa vida.

Há, portanto, autores que afirmam que: “a dimensão social e cultural da gastronomia determinou incorporá-la ao complexo emaranhado das políticas de patrimônio cultural”. E como não concordar com isso?

Para nossa felicidade - porque comer é, sim, um prazer imensurável -, existem pessoas que conseguem dar o devido valor à arte gastronômica, que podemos considerá-la também como um bem social.

E uma dessas pessoas está aqui conosco, nos permitindo reconhecer o seu inestimável trabalho, a sua atuação para unir nossa já famosa culinária mineira à tradicional culinária italiana.

O chef Massimo Battaglini, ou o cozinheiro, como ele mesmo prefere ser chamado, sabe do significado simbólico do ato de se alimentar para cada sociedade e para cada cultura, entende que é fator de identificação, de diferenciação cultural e, acima de tudo, de memória.

Prova disso são os anos de dedicação e aperfeiçoamento à culinária italiana, às massas e aos frutos do mar. Não foi à toa que Massimo Battaglini, ainda jovem, viu aflorar o seu dom e começou as suas pesquisas, as suas incursões gastronômicas, levando consigo os ensinamentos do pai, atuando com extrema dedicação em restaurantes da Itália e da Alemanha, antes de desembarcar no Brasil.

Em Belo Horizonte, Battaglini iniciou de forma tímida, com o amigo Giulio, oferecendo suas iguarias diferenciadas, que se tornaram marca e referência. Como disse o vereador Pablito há pouco, no Salão Nobre, o Massimo veio para Minas, aqui ficou e não saiu mais, para a alegria dos mineiros.

Anos depois, a típica taberna veneziana se transformou no Restaurante Osteria Casa Mattiazzi, eleito algumas vezes pelo júri da revista *Veja* “Comer e Beber” como o melhor restaurante de comida italiana da capital.

Portanto, Battaglini conseguiu imprimir sua marca e força ao estabelecer parâmetros de qualidade no que se refere à cozinha italiana em terras mineiras. Foi um dos fundadores e incentivadores do Club do Chef, *buffet* sempre escolhido para servir os mais elegantes casamentos e eventos empresariais de Minas Gerais, além de realizar diversos festivais gastronômicos, trazendo atrações de todo o mundo, como o Encontro Nacional de Chefs, oportunidade para reunir nacionalidades e provocar surpresas gastronômicas.

Além disso, Massimo Battaglini é sócio do restaurante Salumeria Central - eleito pela revista *Veja* “Comer e Beber” Bar Revelação 2012 - e do Pecatore, especializado em frutos do mar. O empresário já foi eleito Chef Revelação pela revista *Gula* e idealizou os eventos Chef de Família, no Pátio Savassi. Organiza ainda, desde 2003, a viagem Enogastronautas à Itália. Por tudo isso, reconheço a importância de valorizar o esforço e empenho deste que leva o nome de Minas Gerais além das fronteiras, cuida do paladar de nossa gente e provoca a comunhão em torno da mesa.

Por toda essa contribuição ao nosso Estado e ao Brasil, entendemos a importância de reconhecer o cidadão italiano Massimo Battaglini, como Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, sacramentando assim sua escolha por nosso Estado. Este grande cozinheiro nos reservou e continua reservando fortes impressões culinárias, sabedor que é do grande prazer de se fazer uma boa refeição.

Parabéns, Massimo Battaglini. Obrigado pelos mais de 15 anos de dedicação à gastronomia e pela referência que é em nosso Estado.

Quero também cumprimentar a Cristiane, da Associação de Mulheres Empreendedoras de Betim; a nobre Dra. Sirlane e o Sr. Paulo Naves - ela que é juíza da comarca de Esmeraldas. Agradeço a cada um de vocês a presença.

Massimo, trago-lhe um abraço muito especial do nosso presidente Dinis Pinheiro, que ficou também orgulhoso ao saber que, nesta noite, você estava sendo homenageado com um título importante de Cidadão Honorário de Minas Gerais. Que você continue com esse trabalho maravilhoso e essa gastronomia. Você já conquistou os mineiros e todos aqueles que por aqui passam. Tenho certeza de que agora, com a Copa do Mundo e os grandes eventos, você continuará levando o nome de Minas Gerais pelo Brasil e para fora do País. Parabéns! Muito obrigado.

Entrega de Título

O locutor - Neste momento, a deputada Luzia Ferreira, representando o deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa, fará a entrega do título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais ao Sr. Massimo Battaglini, passando-lhe às mãos o diploma. O título a ser entregue contém os seguintes dizeres: (- Lê:): “Cidadania Honorária do Estado de Minas Gerais. O governador do Estado de Minas Gerais, atendendo a requerimento aprovado pela Assembleia Legislativa, de autoria do deputado Ivair Nogueira, nos termos do decreto de 3/9/2013, concede ao Sr. Massimo Battaglini o título de Cidadão Honorário do Estado de Minas Gerais, em reconhecimento à sua bem-sucedida carreira dedicada à gastronomia”.

A presidente - Quero convidar o deputado Ivair Nogueira, autor do requerimento para acompanhar-me nessa entrega.

- Procede-se à entrega do título.



Palavras do Sr. Massimo Battaglini

Se já foi difícil antes, imaginem agora. Exmo. Sr. Deputado Ivair Nogueira, obrigado pela indicação; Exma. Sra. Deputada Luzia Ferreira e meu amigo Regaldo, obrigado pela presença; presidente do conselho, José Aparecido Ribeiro, obrigado também.

Estou muito emocionado porque é uma cerimônia com a qual não estamos acostumados. É bom receber tanta atenção. Ver que poucos convites foram feitos, mas todos vieram, dá uma emoção forte. Escrevi duas coisas ontem, de forma bem espontânea, sem analisar muito os escritos.

Primeiramente quero agradecer a meus meninos, Tobias e Camilo, que são motivo para eu ir para frente todos os dias, de melhorar. Eles são meu norte. Para ficar com um tema mais moderninho, eles são meu maior *up grade*. Tantas são as atualizações a serem feitas que, até no *playstation*, eles ganham até hoje. Realmente eles são a coisa mais importante. Acho que nunca me viram tão emocionado. Quero agradecer a Izabele, que divide casa comigo, o meu ronco pesado, os meus horários, as minhas viagens, as minhas decisões quase sempre fora dos padrões. Vidinha de cozinheiro, de dono de restaurante não é fácil. Para a mulher, é mais difícil.

Agradeço por tantos presentes que recebo, tanta generosidade, tanto cuidado, tanta intimidade, respeito, tolerância, aceitação, preocupação comigo. Quem está ouvindo pode achar que sou mel, mas na verdade é uma luta diária. Eu lhe agradeço.

Agradeço aos meus amigos, que são também sócios, tudo junto, tudo de bom. Costumam dizer que sociedade é algo muito difícil, muita gente tem experiências ruins. Nós temos alguns aspectos de sociedade dos mais lindos. Só tenho pessoas maravilhosas à minha volta. E não uso essa palavra à toa. Quando digo que são maravilhosas é porque são mesmo, não é exagero.

Agradeço aos meus amigos do convívio diário, da cozinha, do salão, da copa, do escritório, às minhas panteras do escritório. O convívio diário revela as minhas dificuldades, as dificuldades dos outros, nossos limites ao vivo e a cores a toda hora. Pequenos passos, grandes satisfações. Esse é o nosso mote dos restaurantes. Tanto orgulho e tanta briga diária nessa vida de gastronomia. Nessa área realmente tem de ser meio doido e meio herói para ir em frente, não é, Tatá e Joaquim?

Queria obviamente falar da minha família na Itália. Estamos aqui, mas nos lembramos toda hora da família e dos poucos amigos que restam, amizades que não sofrem a distância, o relógio, os paralelos. São amigos sempre, mesmo não nos encontrando durante anos. O Enio é avô dos meninos aqui presentes e tem em comum com o meu pai a coerência, algo que admiro demais, uma característica difícil de levar à frente. A vovó Malachi, que me recebeu como uma mãe aqui. Minha sobrinha é a preferida - só tenho uma, a Luiza. Sempre brincamos com ela; é só uma, foi o primeiro nenê com que convivi e que amo de verdade.

Agradeço também ao acaso. Se estou aqui, é por acaso até certo ponto. Fui para o México quando saí da Itália. Comprei uma passagem Veneza-Cidade do México, ida e volta; não estava previsto vir para o Brasil. Mas comecei a descer de ônibus - para quem não sabe -, atravessei 11 fronteiras por terra até chegar à Bolívia. Até que enfim peguei um trem - o trem da morte - para atravessar até Corumbá e de lá para Belo Horizonte.

O acaso me fez estar aqui há 15 anos, feliz demais, mais feliz até que pela profissão ou realização profissional. Sempre falo que poderia ter sido na gastronomia, numa loja de sapato ou outra coisa. Isso é decoração, é uma desculpa. A felicidade de estar aqui é por estar aqui mesmo. É uma escolha minha estar aqui. Não vim com proposta de trabalho, contratos ou coisas assim. Largar a família e os amigos para trás não é fácil. É uma decisão forte ter um oceano entre você, seu pai, sua mãe, irmãos e amigos. Mas foi tão forte a sensação de casa - e continua forte demais - que tudo aconteceu naturalmente. Estou aqui acordando de manhã há 15 anos, uns dias bons, outros dias menos, sem um segundo de dúvida de estar no lugar certo para mim. Tenho de agradecer ao acaso demais.

Enfim, queria agradecer ao João, que está aqui na frente. Ele é um menino que amo de coração, e de quem sinto muita saudade. Um beijo a todos e muito obrigado.

Palavras da Presidente

Estou com um discurso pronto, mas o deputado Ivair já falou muito do que está aqui. Assim, vou improvisar um pouco.

Inicialmente, gostaria de cumprimentar nosso mais novo conterrâneo, o cidadão mineiro Massimo Battaglini. Cumprimento também os Srs. Giacomo Regaldo, presidente da Câmara Ítalo-Brasileira de Comércio, Indústria e Artesanato de Minas Gerais; José Aparecido Ribeiro, presidente do Conselho de Política Urbana da ACMinas. Ele está sempre presente nesta Casa, em diversas audiências públicas, e nos traz sua *expertise* na área do planejamento urbano; Ivair Nogueira, caro deputado, vice-presidente desta Casa e autor do requerimento que deu origem a este título de Cidadão Honorário, que reuniu todos aqui nesta noite.

Talvez a culinária de Minas seja considerada, no Brasil, a mais diversa e tradicional. Poderíamos dizer, Massimo, que ela é uma síntese da gastronomia brasileira. Também temos um estado com grande extensão territorial e diversidade de municípios. Temos 853 municípios, quase um continente. A gastronomia é o traço cultural mais característico da alma do mineiro, que é acolhedor. Normalmente, a casa do mineiro é grande. Não ter uma cozinha grande é quase fatal. O mineiro tem a tradição de receber as pessoas na cozinha, na mesa que fica próxima ao fogão, e com pães de queijo. É uma tradição ter uma mesa na cozinha. No interior, isso é muito marcante, e as pessoas ficam ali no entorno dela. A gastronomia dos mineiros cria um espaço para encontros. Com isso, o mineiro desenvolveu a capacidade de ser considerado o povo mais acolhedor e mais afetivo, inclusive com as visitas. Ele tem facilidade de chamar todos para dentro de casa, para tomar um cafezinho. Aqui temos também o queijo e o pão de queijo. Não sei se o deputado Ivair já lhe deu um queijo. Em Jequeri, eles fazem um queijo muito gostoso.

Queria lhe dizer que você tem um traço que une muito o Brasil e a Itália. O Brasil é o país do mundo que mais tem italianos fora da Itália. Calcula-se que 30 milhões de brasileiros têm descendência direta de italianos. A colônia italiana forma, praticamente, um país dentro do Brasil. Ela deu contribuições muito importantes ao nosso país, nas diversas áreas, especialmente na gastronomia. Talvez não lembremos que muito da nossa culinária tem forte influência da Itália.

Minas Gerais, Belo Horizonte, especialmente, tem uma das maiores festas italianas no Dia da Itália, que acontece na Savassi. É uma festa que valoriza a cultura, a arte e a gastronomia italiana e já está no nosso calendário. E essa relação, essa junção do mineiro, do brasileiro com os italianos é muito natural. Você disse que chegou aqui e resolveu ficar em razão dessa face que temos. Ficamos muito felizes por você, cidadão italiano, estar aqui nos ajudando, integrado numa atividade que é tão marcante em Minas, que é a



gastronomia. Ficamos felizes por também ser considerado um cidadão mineiro. Pode-se dizer que você é um conterrâneo dos seus filhos, que são mineiros. Eles não nasceram na Itália. Você pode dizer, daqui para frente, que é conterrâneo de seus filhos.

A Assembleia de Minas, ao conceder-lhe esse título, faz um reconhecimento à sua contribuição. Você teve a ousadia de montar uma casa - o L'Osteria Mattiazzi - até quanto ao local. O bairro que você escolheu - Santa Efigênia - estava fora do circuito gastronômico de Belo Horizonte. Os outros dois também estão valorizando uma área histórica da cidade. É sempre um desafio valorizar e ocupar de forma criativa os centros que tradicionalmente tendem a ir se degradando, afastando-se das pessoas. As cidades vão criando outros centros de atração. A Floresta é um dos bairros mais antigos da cidade, é da época da construção da cidade. A Praça da Estação é um símbolo de Belo Horizonte. Você está ali pertinho dessa área central, criando também uma motivação para os belo-horizontinos, para os mineiros, para as pessoas que nos visitam conhecerem e valorizarem mais a área central, nosso patrimônio histórico da cidade.

Por tudo isso, quero dizer o que o Ivair já disse, que temos um imenso orgulho de considerá-lo mineiro plenamente, até porque você já demonstrou que está plenamente integrado a Minas Gerais. Além disso, é uma pessoa que gosta de Minas. Isso também é muito importante. Estamos conferindo um título de cidadão mineiro a uma pessoa que gosta, que aprendeu a amar a nossa gente, o nosso povo, o nosso estado e, conseqüentemente, o nosso país.

É uma alegria estar aqui presidindo esta reunião. A gastronomia é muito forte em Minas. Há esse forte traço cultural. Fizemos uma alteração na Lei de Incentivo à Cultura. Ivair, neste ano de 2013, fizemos uma readequação dessa lei de incentivo. Incluímos a gastronomia entre as possibilidades de recebimento de recursos de incentivo cultural. Isso não constava na lei, que tinha 10 anos de existência. Incluímos a gastronomia como um dos itens que podem receber recursos. É um pilar e um dos motivos a mais para você, como chefe gastronômico, receber esse título.

Essas são as minhas palavras. Parabenizo o deputado Ivair Nogueira pela feliz iniciativa. Admiro muito a forma como o parlamento italiano funciona. É o único parlamento do mundo que permite eleição de representantes fora da Itália, de cidadãos italianos que não moram na Itália, para representar os interesses dessa ampla colônia que está espalhada pelo mundo. Essa é uma singularidade do parlamento italiano. A forma de sua organização é muito interessante, considerando a quantidade de italianos que está fora de lá. Há um elo com o país, por meio de representantes eleitos. Achei isso muito interessante. Participei ativamente da última eleição. Eu tinha uma candidata no Brasil, a quem apoiei, e foi eleita. Eu a trouxe aqui. Refiro-me à Renata Bueno. Ela foi uma das quatro eleitas do Brasil para representar a colônia italiana.

Quero parabenizar a Itália, que é um país amigo, que muito tem a nos ensinar não só na área cultural, mas também na área da convivência democrática e de representatividade de seu povo. Muito obrigada.

Encerramento

A presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para a especial de amanhã, dia 6, às 20 horas, nos termos do edital de convocação. Levanta-se a reunião.

ATA DA 73ª REUNIÃO ESPECIAL DA 3ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 17ª LEGISLATURA, EM 9/12/2013

Presidência do Deputado Dinis Pinheiro

Sumário: Comparecimento - Abertura - Ata - Destinação da Reunião - Composição da Mesa - Registro de Presença - Execução do Hino Nacional - Exibição de Vídeo - Palavras do Deputado Rômulo Viegas - Entrega de Placa - Palavras do Prefeito Professor Helvécio Luiz Reis - Palavras do Presidente - Apresentação Musical - Encerramento - Ordem do dia.

Comparecimento

- Comparecem os deputados:

Dinis Pinheiro - Doutor Wilson Batista - Juarez Távora - Pompílio Canavez - Rômulo Viegas - Sebastião Costa.

Abertura

O presidente (deputado Dinis Pinheiro) - Às 20h15min, declaro aberta a reunião. Sob a proteção de Deus e em nome do povo mineiro, iniciamos os nossos trabalhos. Com a palavra, o 2º-secretário para proceder à leitura da ata da reunião anterior.

Ata

- O deputado Doutor Wilson Batista, 2º-secretário *ad hoc*, procede à leitura da ata da reunião anterior, que é aprovada sem restrições.

Destinação da Reunião

O locutor - Destina-se esta reunião a homenagear o Município de São João del-Rei pelos 300 anos de sua fundação.

Composição da Mesa

O locutor - Convidamos a tomar assento à Mesa os Exmos. Srs. Gil Pereira, secretário de Estado para o Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, representando o governador do Estado, Antonio Anastasia; professor Helvécio Luiz Reis, prefeito municipal de São João del-Rei; deputado federal Reginaldo Lopes, representando a Câmara dos Deputados; deputado federal Domingos Sávio, representando o senador Aécio Neves; e vereador Antônio Carlos de Jesus Fuzzato, presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei; a Exma. Sra. doutora Valéria Kemp, reitora da Universidade Federal de São João del-Rei; e os Exmos. Srs. deputados Doutor Wilson Batista e Rômulo Viegas, autor do requerimento que deu origem a esta homenagem.

Registro de Presença

O locutor - Gostaríamos de registrar as presenças nesta solenidade das Exmas. Sras. e dos Exmos. Srs.: Igor Luiz Sandim Gonzaga, Fábio da Silva, Zanola, Stefânio Rodrigues Pires, vereadores; Marcos Cardoso Atalla, delegado regional da Polícia Civil de São João



del-Rei; Maria Cristina Alves Pereira, vice-prefeita; Edwalda Maria Carvalho de Assunção, diretora em exercício da Gerência Regional de Saúde de São João del-Rei; Mário Neto Borges, presidente da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado - Fapemig; Baldonado Napoleão, vice-presidente da Prodemge e ex-deputado desta Casa; Rogério Fernandes, secretário municipal adjunto de Trabalho e Emprego de Belo Horizonte; Ricardo José Charbel, diretor de Distribuição e Comercialização; Diogo de Oliveira Silva, presidente da Juventude Tucana de São João del-Rei; Wilson Milagres, chefe de gabinete do deputado federal Luiz Fernando, ex-deputado desta Casa; Marcelo de Souza e Silva, secretário municipal adjunto de Desenvolvimento Econômico de Belo Horizonte; vereadora Vera do Polivalente; João Caetano Leite, prefeito municipal de Nazareno; vereador Cláudio Apolinário e Cida Mendes, superintendente de ensino.

Gostaríamos de fazer uma especial saudação aos representantes das seguintes entidades: Alcoólicos Anônimos; Escola Municipal Dr. Kleber Vasques Filgueiras; Escola Municipal Maria Teresa; Associação dos Corredores de Rua de São João del-Rei; Associações dos Moradores dos Bairros São Geraldo, Barro Preto, Guarda-Mor, São Caetano, São José Operário, São Dimas; Associação dos Moradores do Parque São João del-Rei e dos Distritos de Arcângelo, São Miguel do Cajuru, e do Rio das Mortes; Audax; Grêmios Futebol Clube; Caixa Econômica Federal; Catedral Basílica Nossa Senhora do Pilar; Movimento Comunidade Atuante; Creche Celina Resende Viegas, Tijuco; Escolas Estaduais Governador Milton Campos e Inácio Passos; Escola Municipal Pio XII; grupos de capoeira Artes das Gerais e Muzenza; Grupo de Inculuturação Afrodescendentes Raízes da Terra; grupo de folia de reis Embaixada Santa; Hospital Nossa Senhora das Mercês; movimentos vicentinos; Procuradoria-Geral de Santa Cruz de Minas; Rádio São João del-Rei, em nome da qual estendemos a nossa saudação aos representantes das imprensas local e regional.

Também gostaríamos de fazer uma especial saudação aos diversos secretários municipais, presidentes de conselhos municipais, associações e agremiações, professores, estudantes, enfim saudamos o povo de São João del-Rei, homenageado desta noite.

Execução do Hino Nacional

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir o Hino Nacional, que será interpretado pela Banda Municipal Santa Cecília, a Furiosa, sob a regência do maestro José Antônio da Costa.

- Procede-se à execução do Hino Nacional.

Exibição de Vídeo

O locutor - Convidamos os presentes a assistir a um vídeo institucional.

- Procede-se à exibição do vídeo.

Palavras do Deputado Rômulo Viegas

Exmo. Sr. Deputado Dinis Pinheiro, presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, na oportunidade quero parabenizá-lo não apenas por vários mandatos de deputado que atua neste Parlamento, mas sobretudo pelos mandatos como presidente desta Casa nos últimos anos, pois tem feito uma transformação política, administrativa e social a favor da Assembleia Legislativa de Minas Gerais. Portanto receba um aplauso de todos os são-joanenses. Exmo. Sr. Deputado Gil Pereira, particular amigo e secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri e do Norte de Minas, representando o governador Antonio Anastasia; Exmo. Sr. Professor Helvécio Luiz Reis, particular amigo e prefeito municipal de São João del-Rei; Exmo. Sr. Deputado Federal Domingos Sávio, representando o senador Aécio Neves, com o qual compartilhamos um escritório em São João del-Rei, trabalhando na cidade e na região das Vertentes, obrigado pela presença; deputado federal Reginaldo Lopes, particular amigo, prata da Casa e ex-aluno da nossa universidade federal, muito obrigado também pela presença; vereador Antônio Carlos de Jesus Fuzzato, representando o Poder Legislativo Municipal da nossa terra, na pessoa de quem cumprimento todos os vereadores aqui presentes; e Dra. Valéria Kemp, particular amiga e reitora da nossa Universidade Federal de São João del-Rei. Gostaria de citar e nominar todos vocês que estão presentes, mas a lista é muito grande. Portanto me perdoem, mas citarei alguns que obviamente irão representá-los.

Quero distinguir o Prof. Dr. Mário Neto Borges, particular amigo, ex-reitor e atual presidente da Fundação de Amparo e Pesquisa de Minas Gerais. Quero abraçar o engenheiro João Afonso, presidente da Associação Comercial e Industrial da nossa terra. Quero cumprimentar a Rafaela Vieira, vice-presidente do Parlamento Jovem da região de São João del-Rei, na pessoa de quem cumprimento todos os jovens; e o Diogo Oliveira, na pessoa de quem cumprimento a juventude do PSDB. Quero abraçar toda a representação social e cultural da nossa terra através dos congados e dos bairros. Quero fazer um agradecimento especial ao Antônio Vaz Sobrinho, professor e historiador, que está nos assistindo e foi o responsável por me ajudar a resgatar alguns dados históricos para meu pronunciamento; e ao engenheiro Ricardo Charbel, meu particular amigo, parceiro de futebol e da engenharia e diretor da Cemig, nossa estatal. Quero abraçar todos os integrantes da Banda Municipal Santa Cecília, a nossa Furiosa, criada na época pelo meu saudoso tio e ex-prefeito Milton Viegas. Na pessoa do maestro José Antônio, estendo o abraço a todos. Quero parabenizar os músicos e professores da nossa Universidade Federal de São João del-Rei, Nichola Viggiano, Abel Moraes, Elenis Guimarães e Antônio Carlos Guimarães.

Muito obrigado por estarem aqui conosco, representando não apenas a nossa universidade, mas sobretudo a nossa música, a nossa arte. É muita gente, e fico realmente emocionado. Queria, Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, já acertado com o Cerimonial, quebrar o protocolo para conceder a palavra a dois deputados estaduais, colegas do parlamento, conterrâneos, filhos da terra, que têm familiares em São João del-Rei.

Então convidado, pela ordem, o deputado estadual Pompílio Canavez e, em seguida, o deputado Doutor Wilson Batista.

O deputado Pompílio Canavez - Boa noite a todas e a todos. Cumprimento nosso presidente, deputado Dinis Pinheiro; o prefeito de São João del-Rei, Sr. Helvécio; o deputado Reginaldo Lopes e, na sua pessoa, toda a Mesa, especialmente meu amigo e companheiro Fuzzato, presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei e que já foi deputado aqui, na Assembleia.

Meu pronunciamento será rápido. Gostaria de agradecer ao deputado Rômulo e de parabenizá-lo pela iniciativa. Em maio, pedi a realização desta sessão solene, então fui informado pelo Cerimonial que o deputado Rômulo já a havia pedido. E claro que na Casa



quem pede em primeiro lugar tem prioridade, logo concordei e achei muito justo. Então o deputado Rômulo convidou-me para estar aqui hoje.

Queria, em breves palavras, dizer que, além de tudo isso que apareceu no vídeo, São João del-Rei é a cidade dos sinos, de toda a tradição. Não é, Luiz Cardoso, que está aqui também e é um grande amigo? São João del-Rei também é a terra de um povo trabalhador. Fui operário, na Fábrica São Joanense, e servi ao Exército, junto com o Fuzzato - fomos cabos do Exército Brasileiro. Lá também tem um povo trabalhador dos italianos, nosso povo que chegou, há mais de 100 anos, em São João del-Rei e também faz parte da história, da construção da cidade. E há ainda o povo negro, que tem uma importância histórica fundamental. Parabenizo todos os são-joanenses que, nesses 300 anos, trabalharam muito para nossa terra ser o que é, conhecida e reconhecida em todo o Brasil.

Então quero, nessas breves palavras, dizer parabéns a São João del-Rei pelos 300 anos! Parabéns a todos os são-joanenses! Estou aqui com o coração realmente emocionado. É importante demais participar deste momento. Parabéns e muito obrigado.

O deputado Doutor Wilson Batista (em aparte) - Sr. Presidente, deputado Dinis Pinheiro, gostaria de saudar aqui todas as autoridades presentes; todos e todas nesta tribuna. E gostaria de agradecer inicialmente ao deputado Rômulo Viegas pela compreensão de nos ceder este aparte para esta justa homenagem aos 300 anos de São João del-Rei. Gostaria também de registrar aqui minha eterna gratidão, uma dívida imensa de gratidão com São João del-Rei, terra onde nasci, fui criado, no Distrito de Arcângelo - aliás, hoje tive a grata satisfação de encontrar uma amiga que me disse que a banda também é desse pequeno lugarejo.

Além disso, quero registrar aqui também a minha satisfação de hoje, como parlamentar na Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ser filho de uma terra tão querida, de uma terra onde grandes personagens da história brasileira nasceram; em São João del-Rei nasceram Tiradentes e Tancredo Neves. Lembro-me da época triste que o Brasil passou naqueles momentos de sofrimento com a doença do presidente Tancredo Neves. Ele deixou muitas saudades entre os mineiros. Hoje todos sentem um silêncio em São João del-Rei que incomoda os nossos ouvidos, que é a ausência do presidente Tancredo Neves. No entanto, a sua família tem honrado as suas qualidades e o seu trabalho abnegado pela qualidade de vida das pessoas, lutando sempre pelo interesse dos mineiros e do povo brasileiro.

O Rômulo Viegas foi muito feliz em fazer esta homenagem a São João del-Rei. Como filho dessa terra, conheci quase todas as ruas da cidade, andando ali quando criança, quando jovem. Vendi picolé em todas aquelas empresas de São João del-Rei, inclusive me encontrei agora com um amigo dono de uma oficina, o Oliveira, onde eu passava todos os dias vendendo picolé e, às vezes, quando chovia, vendia salgados. Trabalhei durante muito tempo também lavando carros na Igreja de São Francisco. Portanto, tenho muitas boas recordações de São João del-Rei, de amigos, de pessoas fiéis e, como disse o Pompílio Canavez, de pessoas trabalhadoras, honestas, que lutam pelo futuro de seus filhos, que enfrentam dificuldades, mas que vencem batalhas, conquistam seus espaços com muita honra, com muito trabalho, com muita honestidade e com muita seriedade.

Isso reconhecemos sempre. São João del-Rei é um berço e, a cada geração, surge uma nova personalidade que realmente representa Minas Gerais, representa o Brasil e luta como esses historiadores já lutaram: Tancredo Neves, Tiradentes, Bárbara Heliodora e tantos outros. Então, fico muito feliz de hoje poder registrar aqui o meu compromisso com São João del-Rei, a minha amizade com essa cidade e com todas as pessoas são-joanenses. Apesar de hoje não estar presente ali quase todos os dias, minha família ainda mora no Bonfim.

Quando terminei a universidade formando-me médico oncologista, de acordo com a minha especialização, surgiu o grande Hospital do Câncer de Muriaé, onde iniciei os meus trabalhos como médico. Por isso não voltei a São João del-Rei para trabalhar como médico, porque a minha especialidade não existia na cidade naquela época. Mas hoje, com o nosso trabalho, podemos servir a tantos em São João del-Rei, Tiradentes, Santa Cruz de Minas, que vão ao nosso hospital, em Muriaé, para serem tratados, e cuidamos deles com todo o carinho.

Então, gostaria de registrar aqui que sou são-joanense, respeito São João del-Rei, amo aquela cidade, como todos amam aquela terra brilhante, de pessoas amáveis e queridas.

Muito obrigado, deputado Rômulo Viegas por essa oportunidade. Estamos aqui a serviço do povo mineiro para lutar para que todos tenham mais vida, com qualidade, felicidade e liberdade. Muito obrigado a todos.

O deputado Rômulo Viegas - Sr. Presidente, continuando alguns cumprimentos mais destacados, quero abraçar também o particular amigo e meu colega na universidade Baldonado Arthur Napoleão, ex-deputado desta Casa, hoje vice-presidente da Prodemge.

Quero também cumprimentar meu particular amigo Wilson Milagres, assessor especial, representando aqui o deputado federal Luiz Fernando, que não pôde comparecer, mas registrou sua presença por meio do Wilsinho; a Cida Mendes, nossa hoje professora, superintendente regional de ensino de São João del-Rei. Vou abraçar todas as mulheres, na pessoa da Meg, minha amiga, radialista, que está ao lado da vice-prefeita de São João del-Rei, Cristina. Peço uma salva de palmas para as mulheres de São João del-Rei, e também na pessoa da minha amada, da minha esposa, Bia Viegas.

A emoção vai começar, mas vamos lá... São João del-Rei, terra amada. Quantas glórias nas páginas do teu passado. Quanto tesouro no escrínio do teu presente. Quanta promessa no diadema do teu porvir. Oh, princesa do oeste! Terra onde fiz a minha história e a de minha família. Terra do meu coração e do meu sangue. Pois bem, caros conterrâneos. Esta homenagem que presto a nossa terra é também para todos vocês, para todas as famílias que contribuíram e contribuem para a grandeza da querida São João del-Rei. Lá, no ano de 1674, bandeirantes e aventureiros paulistas, nas pegadas de Fernão Dias Pais, pelo Caminho Geral do Sertão, depois também conhecido como Caminho Velho, hoje Estrada Real, começaram a devassar, de sul a norte, o território que, em consequência de suas ricas jazidas auríferas, viria a se chamar Minas Gerais.

Nos últimos anos daquela centúria, dentre esses aventureiros, Tomé Portes del-Rei, com familiares e escravos, decidiu-se por permanecer a meio do caminho, à margem esquerda do Rio das Mortes, no local denominado Porto Real da Passagem. Tinha início, assim, o povoamento daquela região, antes percorrida pelos índios cataguás, puris, teremembés, carijós e outros. A denominação do Rio das Mortes deveu-se, segundo Antonil, a morrerem nele uns homens que passaram nadando e outros que se mataram a pelouradas, brigando entre si sobre a repartição de índios que traziam do sertão.

Tomé Portes, depois da descoberta do ouro, em 1702, na Ponta do Morro, onde surgiu, em consequência, o Arraial de Santo Antônio, atual cidade de Tiradentes, morreu assassinado por alguns de seus escravos. Sucedeu-lhe, então, como autoridade local e guarda-mor das canoas, na passagem do rio, o seu genro Antônio Garcia da Cunha. Sob a jurisdição deste, em 1705, foram descobertos depósitos auríferos na serra, à margem esquerda do rio. Logo, para as imediações das novas minas, acorreram paulistas e forasteiros, estes genericamente apelidados por aqueles de emboabas.

Tinha início, destarte, o Arraial de Nossa Senhora do Pilar do Rio das Mortes, que, por oposição ao Arraial Velho de Santo Antônio da Ponta do Morro, ficou sendo conhecido como Arraial Novo. Realizava-se, assim, a profecia do já citado Antonil, para quem esse era um lugar muito alegre e capaz de se fazer de morada estável.

Sob a proteção de Nossa Senhora do Pilar, o arraial logo se desenvolveu e veio a ser, quatro anos depois, palco também das contendas entre paulistas e forasteiros na Guerra dos Emboabas, cujo episódio mais famoso, ali ocorrido, foi o do Capão da Traição. Passada a refrega, evadiram-se os paulistas pioneiros, deixando o arraial, que logo se refez dos prejuízos da guerra, entregue aos emboabas. Foram estes, enfim, que, com seus escravos negros, tornaram-se as bases originais da sociedade nele nascente. Vou repetir, enfim, que, com seus escravos negros, tornaram-se as bases originais da sociedade nele nascente.

Por sua importância regional e sua posição estratégica, bem como pelo socorro enviado ao Rio de Janeiro para a expulsão dos franceses, o Arraial Novo mereceu do rei D. João V sua elevação à condição de vila. No Auto de Levantamento que concretizou a vontade real, assim, entre mais coisas, se lê: “Ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil setecentos e treze, aos oito dias do mês de dezembro, neste Arraial do Rio das Mortes, veio por ordem de Sua Majestade, que Deus guarde, D. Brás Baltazar da Silveira, mestre de campo, general de seus exércitos, governador e capitão-general da cidade de São Paulo e Minas, para efeito de levantar vila o dito arraial, a qual ele dito mestre de campo general apelidou com o nome de São João del-Rei e mandou que, com esse título, fosse de todos nomeada em memória do nome de El Rei Nosso Senhor.” A 6 de abril do ano seguinte, a vila tornava-se cabeça da extensíssima Comarca do Rio das Mortes, que seria, através dos anos futuros, matrona fecunda, que gerou, amamentou e emancipou uma numerosa prole de outros arraiais e vilas.

Neste ano de 2013, quando, ontem, se completaram 300 anos da elevação do Arraial Novo à condição de Vila de São João del-Rei, é bom e proveitoso, caros conterrâneos, que revisitemos, num breve passeio, esses três séculos de sua existência e aprendamos do passado lições que nos motivem a viver o presente e elementos que nos inspirem na construção do futuro. Vamos passear.

No século XVIII, sustentada economicamente pela mineração aurífera, a vila assistiu à implantação das estruturas eclesiásticas e civis, representadas pela sua vigararia, irmandades e ordens terceiras, e pelo Senado da Câmara, judicatura e real intendência do ouro. Criaram-se, nessa época, numerosas instituições e tradições que foram as raízes do seu orgulho e o encanto de quantos a visitam. Tais são: a sua arquitetura colonial e barroca, as suas suntuosas igrejas, onde irmandades, ainda hoje, promovem esplêndidas festas religiosas, abrihantadas por duas orquestras, as mais antigas das Américas, Ribeiro Bastos e Sanjoanense, por tradicionais bandas de música e pelo toque característico dos seus sinos. Esses fatos a tornaram, no século primeiro da sua história, importante polo social e cultural daquilo que se convencionou chamar de barroco mineiro.

Entre esse espírito, o acontecimento social, talvez o mais importante daquele século, foram as barroquíssimas exéquias de D. João V, mandadas oficiar na matriz, pelo vigário colado padre Dr. Matias Antônio Salgado, em fevereiro de 1751. Foi tal a sua encenação barroca, que somente outros dois acontecimentos mineiros dos tempos coloniais a ele se iguaram: o Triunfo Eucarístico de Vila Rica, em 1733, e o Áureo Trono Episcopal de Mariana, em 1748. Vejam a importância da nossa terra.

Mas, o século que começou embalado pela riqueza da mineração e terminou em deixar na vila duas magníficas pontes de pedras, teve o seu final envolvido na tristeza do fracasso da Inconfidência Mineira, cujo líder, Joaquim José da Silva Xavier, Tiradentes, padeceu à força em 1792, no Rio de Janeiro. Seu nome porém ressuscitaria dos caminhos de Minas e refulgiria nas páginas da história nacional como o do maior são-joanense daquele século, que também deixou, nas ruas da vila, um monumento, símbolo e marco da prepotência absolutista: o pelourinho.

A decadência da mineração, que, para outras localidades, representou uma parada no tempo, não teve igual efeito em São João del-Rei, que soube encontrar em outras atividades, principalmente no comércio, uma feliz alternativa de prosseguir no seu desenvolvimento. São João del-Rei se tornou um importante polo comercial, encarregada que foi do abastecimento da Corte portuguesa, que, em 1808, se transferira para o Rio de Janeiro.

Em vários momentos do século XIX, São João teve importante participação política na vida provincial e nacional. Destacou-se, em 1822, no processo de emancipação da colônia, e, em 1831, na abdicação do primeiro imperador, que duas vezes esteve na vila - quem foi esse imperador que esteve na vila duas vezes? D. Pedro I - exatamente nesses anos, para sentir o apoio ou a rejeição dos são-joanenses.

Foi capital provincial em 1833, quando da rebelião militar de Ouro Preto, e palco da revolução liberal, em 1842. Fez-se representar, por seus voluntários da Pátria, na Guerra do Paraguai e postou-se de modo conservador na causa abolicionista e republicana. Arquitetônica e culturalmente, por algum tempo ainda, continuou o espírito setecentista, na construção de tantos notáveis casarões e sobrados e na composição de tantas partituras musicais, ainda caracteristicamente barrocas. Em 1827, Sr. presidente, abriram-se duas novas tradições pioneiras na província, com a criação, por Baptista Caetano de Almeida, da biblioteca pública e do jornal *O Astro de Minas*.

Na vida escolar, a vila, que se tornou cidade de São João del-Rei, em 6 /3/1838, foi sempre fecunda de muitas iniciativas, herdeiras de sua famosa aula régia de latim de 1774, a primeira escola pública secundária de Minas Gerais. Entre mais de uma dezena de estabelecimentos educacionais, sobressaíram, pela qualidade do ensino, o colégio Duval e o Externato de São João del-Rei.

Deputados Reginaldo Lopes e Domingos Sávio, graças à pujança de sua atividade comercial como entreposto regional, na segunda metade do século, ocorreu a fundação da primeira casa bancária mineira, em 1860; a inauguração da Estrada de Ferro Oeste de Minas, de 1881. De todas essas tradições, porém, a mais cara aos são-joanenses é a música, na qual, por esse tempo, brilhou inigualável o



genial compositor Pe. José Maria Xavier, cujo nome aqui fica como representante maior daquele século, que teve no Chafariz da Legalidade o seu monumento símbolo.

Pois bem, prefeito Helvécio, o terceiro século chegou a São João del-Rei iluminado pelas lâmpadas de Edison, acesas em 1900. o novo invento veio aposentar os antigos e românticos lampiões de azeite e querosene dos primeiros tempos e ensejar a expansão industrial, principalmente no setor têxtil, que já tivera início com a fundação, em 1891, da Fábrica de Fiação e Tecelagem Sanjoanense, ainda atuante.

Desse século republicano é a fama educacional de quatro grandes estabelecimentos de ensino, para alunos internos e externos: a Escola Normal Nossa Senhora das Dores, o Instituto Padre Machado, o Ginásio Santo Antônio e o Colégio São João. Estes dois últimos, Profa. Valéria Kemp, fariam, no ano de 1986, as bases da Universidade Federal de São João del-Rei, que, gloriosamente, vai se expandindo e se tornando o principal fator do desenvolvimento local e regional. Uma salva de palmas para nossa universidade.

Há que se falar também que a cidade é sede do glorioso 11º Batalhão de Infantaria de Montanha, Regimento Tiradentes, de tão ricas histórias, das quais a Tomada de Montese, na Segunda Guerra Mundial, é a mais significativa e o seu mais rico troféu.

Do século passado, particular amigo Tetejo, da universidade, o monumento símbolo é a estátua do Cristo Redentor, no alto da Bela Vista, e o nome que, nacional e internacionalmente, mais difundiu a fama da cidade, foi o do ilustre conterrâneo Tancredo de Almeida Neves, que a fortuna, infelizmente, impediu de presidir os destinos nacionais.

“São João del-Rei, minha terra, São João del-Rei, abre bem os teus olhos, presta sentido e esconjura os vândalos que te querem apagada de lembranças, que te desejam destituída de tradições,/ que te pretendem arruinada de belezas,/ que te reclamam prostituída de identidade./ Por isso, nesta oportunidade, cara terra, cara São João del-Rei, te pedimos:/ desperta-te, briosa e fiel, e faze-te presente no lugar que é teu por destinação histórica e sê dele eterno apanágio!/ Engalana-te, formosa odalisca, e preserva, na faceirice de teus encantos, a doçura de tua paisagem e sê dela ciumenta guardiã!/ Levante-te, princesa do oeste, e revê, no dourado do teu ocaso, os trezentos anos de passada história e sê digna de sua grandeza!/ Ilumina-te, cidade luz, e vislumbra, no rosicler de tuas madrugadas, a aurora de mais um século de futuras conquistas e sê delas merecedora!/ Refulge-te, atenas de Minas, e contempla o zênite deste dia, a radiosa promessa de tua juventude estudantil e sê para ela musa inspiradora de um futuro feliz, pleno de realizações para Minas, para o Brasil e para o mundo./ Nos teus 300 anos de elevação à vila, por tudo o que foste, pelo que és e pelo que serás, parabéns, São João del-Rei.”

Entrega de Placa

O locutor - Neste momento, o presidente da Assembleia Legislativa, deputado Dinis Pinheiro, fará a entrega ao Prof. Helvécio Luiz Reis, prefeito municipal de São João del-Rei, de placa alusiva a esta homenagem. A placa contém os seguintes dizeres: “Em 8 de dezembro de 1713, é fundada a cidade de São João del-Rei. Com três séculos de existência, esse patrimônio de Minas Gerais se destaca por sua rica cultura, suas belezas naturais e seu povo acolhedor e hospitaleiro. Ao preservar sua magnífica identidade histórica, a cidade não desvia os seus olhos de um futuro cada vez mais promissor e prossegue incansável no propósito de continuar sendo um orgulho para o nosso estado e para o Brasil. A Assembleia Legislativa de Minas Gerais, ao reconhecer o valor de São João del-Rei para o Estado e para o País, presta a ela honrosa homenagem por seus 300 anos”.

O presidente - Deputado Rômulo Viegas, vamos em frente.

O locutor - Atendendo à solicitação do deputado Rômulo Viegas, também convidamos a fazer a entrega da placa os deputados estaduais Pompílio Canavez e Doutor Wilson Batista; os deputados federais; o secretário, representando o governador; e o vereador Antônio Fuzzato, presidente da câmara municipal.

- Procede-se à entrega da placa.

Palavras do Prefeito Professor Helvécio Luiz Reis

Boa noite. Vai ser difícil falar depois dessa aula de história do Rominho, feita com muita emoção, carinhosamente. Fui seu colega de universidade, seu companheiro de São João del-Rei, o Rominho, é assim que o tratamos lá, domesticamente, então é assim que vou tratá-lo aqui, com o carinho que sempre me recebeu nesta Casa.

Cumprimento o Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, deputado Dinis Pinheiro - é uma honra tê-lo presidindo esta cerimônia de homenagem aos 300 anos de São João del-Rei; o Exmo. Sr. Gil Pereira, secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, representando o governador Anastasia; o Exmo. Sr. Deputado Federal Reginaldo Lopes, que representa a Câmara dos Deputados, nosso deputado majoritário em São João del-Rei, colega e companheiro de luta; o deputado federal Domingos Sávio, grande companheiro - minhas saudações; o vereador Fuzzato, presidente da nossa câmara, na pessoa do qual saúdo os vereadores presentes Cláudio Apolinário, Stefânio, Igor, Fábio, Cabo Zanola, Vera Polivalente; o deputado estadual Doutor Wilson Batista, também são-joanense, disse que quem é são-joanense é são-joanense em qualquer lugar, mas São João del-Rei tem a capacidade de atrair novos são-joanenses de todos os lugares - não é, Valéria?; o Mário também é um recém-são-joanense, que foi atraído pela beleza e pela bondade daquela terra; o deputado Pompílio Canavez, que já não está presente, mas gostaria de saudá-lo, é um são-joanense; o prefeito Nazareno, que está presente; o João Santeiro; a Cristina Lopes, minha vice-prefeita; o João Afonso Faria, meu grande companheiro e presidente da Associação Comercial e Industrial de São João del-Rei, que é o braço do desenvolvimento econômico de nossa cidade; o Leonardo Silveira, secretário do Governo e presidente do PT de São João del-Rei; meus secretários presentes: Arthur Coelho, secretário Municipal de Obras; Maria das Mercês, nossa secretária de Educação; Rogério Bosco, secretário de Agricultura e Abastecimento. Gostaria de saudar todas as associações de moradores presentes. A lista é enorme, portanto, para que possa me dedicar ao discurso, vou falar, de modo geral, aos grupos capoeira, folia de reis e de vários grupos do folclore, da cultura e da arte de São João del-Rei presentes; Profa. Valéria Kemp, nossa magnífica reitora da Universidade Federal de São João del-Rei, enfim, os senhores e as senhoras.



Um dia, o deputado Domingos Sávio assim o disse, e acho que ele tem razão: São João del-Rei, nos idos dos séculos XVIII e XIX, tinha ouro incrustado na Serra do Lenheiro. Agora temos ouro por cima dela, embora ainda haja muito ouro incrustado nas profundidades daquela serra. É difícil de achar.

Saúdo também a Miriam Gouvêa, secretária de Saúde, aqui presente, e os servidores da prefeitura. Em especial, gostaria de abraçar o coral da prefeitura, que estava se apresentando lá fora e está na galeria; as bandas, especialmente a nossa A Furiosa, de São João del-Rei, que veio aqui abrilhantar e mostrar um pouquinho da qualidade da música de São João; os músicos da UFSJ; meus colegas de universidades; os grupos folclóricos que já mencionei. Senhoras e senhores, uma boa noite a todos.

Outro dia me perguntaram por que estamos comemorando de novo 300 anos se, em 2005, já havíamos comemorado. Acho que nunca comemoramos tanto uma cidade como comemoramos essa. Acredito que, pela primeira vez na história de São João del-Rei, estamos fazendo uma reflexão enorme sobre a história de São João. É importante falar com muito orgulho, com muita honra de ser são-joanense. Nós mesmos não tínhamos conhecimento ou não valorizamos suficientemente a cidade, a terra que temos. Para valorizarmos o que somos e o que temos nessas datas mais importantes da nossa história, precisamos gritar para o Estado, para o Brasil e para o mundo o que São João del-Rei foi e representa para este país e para este estado.

Quando me disseram que estávamos comemorando 300 anos, é bom lembrar que estamos comemorando 300 anos de elevação do Arraial Novo do Rio das Mortes à condição de Vila de São João del-Rei. Orgulha-me muito ser prefeito de São João del-Rei neste momento tão singular. Quando eu estava ali recebendo a homenagem do presidente Dinis Pinheiro, senti o peso de ser prefeito e de representar uma comunidade tão importante para este estado e para este país naquele momento. É muito pesado ser prefeito de São João del-Rei, não é qualquer coisa.

Ao mesmo tempo, é com muita humildade que reconheço a difícil missão que o povo são-joanense me confiou no último pleito. Quero abraçar todos os meus concidadãos da cidade, dos Distritos de São Sebastião da Vitória, Rio das Mortes e da extensa zona rural do município, Zueira, Valo Novo, Cruzeiro da Barra, Emboabas, Cajuru, Caburu, Canelas, Caquende - são nomes muito sugestivos -, além de uma dezena de outras comunidades. Se ficar aqui citando, a lista é tão extensa quanto a das associações e das comunidades aqui representadas. Assim, abraço todas as demais comunidades.

São João del-Rei tem mais de 1.500km², é quase um país, e mais de 80 mil habitantes. São João del-Rei não é uma cidade qualquer. Na verdade, nenhuma cidade é uma cidade qualquer, porque cada uma, com sua história e sua cultura, é importante e única para seu povo. Entretanto, há cidades cuja história e cultura ultrapassam seus próprios limites, e seu povo é protagonista de histórias de outros povos, do Estado e até de nações. Acho que São João del-Rei é uma dessas cidades. Cenário da Guerra dos Emboabas e da Inconfidência Mineira, São João del-Rei está inscrita na história de luta pela liberdade, pela soberania e democracia do Brasil, desde que, há pelo menos 309 anos, nasceu o Arraial Novo do Rio das Mortes. Em 2013, mais especificamente em 8 de dezembro, dia de Nossa Senhora da Conceição, completam-se 300 anos que o Arraial foi elevado à condição de Vila de São João del-Rei.

Terra de líderes da Inconfidência e da redemocratização brasileira, os quais ecoaram os gritos de liberdade do povo brasileiro, Tiradentes e Tancredo Neves, São João del-Rei é a mais clara demonstração de que terra de cultura é também terra de gente contestadora e politizada. Terra de Bárbara Heliadora, a heroína da Inconfidência Mineira.

Outro dia, declamei a poesia de Alvarenga Peixoto, em saudade de sua amada Bárbara Heliadora. Acho que posso até ousar dizer que, na verdade, Alvarenga Peixoto sentia saudade era de São João del-Rei. A Bárbara dele não era só Bárbara Heliadora, era São João del-Rei.

“Bárbara bela,/ do Norte Estrela,/ que o meu destino/ sabes guiar./ De ti ausente/ triste, somente/ as horas passo/ a suspirar./ Isso é castigo que amor me dá/ por entre as penhas/ de incultas brenhas,/ cansa-me a vista/ de te buscar;/ porém não vejo/ mais que o desejo/ sem esperança/ de te encontrar./ Isso é castigo que amor me dá./ Eu bem queria a noite e o dia/ contigo poder passar;/ mas orgulhosa sorte invejosa desta fortuna me quer privar./ Isso é castigo que o amor me dá./ Tu, entre os braços,/ ternos abraços/ da filha amada,/ podes gozar./ Priva-me a estrela/ de ti e dela/ busca dois modos/ de me matar./ Isso é castigo que amor me dá.”

Com esse poema, o marido e inconfidente Alvarenga Peixoto, no cárcere, lamentava a saudade de Bárbara.

São João del-Rei entregou a vida de seus filhos pela liberdade e pela democracia. Além de Tiradentes, Tancredo Neves, outro filho ilustre de nossa terra, priorizou sua missão à própria saúde. Quisera o destino que, mesmo tendo sido ele um dos protagonistas do processo de redemocratização do Brasil, as Diretas Já, não fosse presidente do País. Outros filhos ilustres de São João del-Rei tiveram assento na Academia Mineira de Letras: Otto Lara Resende e D. Lucas Moreira Neves. Agora, mais recentemente, São João del-Rei revela ao País e ao mundo sua tradição religiosa, quando da beatificação da filha dessa terra, Francisca de Paula de Jesus, Nhá Chica.

Homenagear São João del-Rei é homenagear seu povo, sua história, sua arte e sua cultura. As bandas e as orquestras quase tricentenárias Ribeiro Bastos e Lira Sanjoanense e outras, como a Banda Teodoro de Faria, mais nova, mas não menos talentosa, todas sobrevivem da herança da música que pais passam a seus filhos durante séculos. Em São João del-Rei, respira-se música em todos os cantos, igrejas e casarões. O Conservatório de Música Padre José Maria Xavier vem mantendo a música viva na cidade. O Pe. José Maria Xavier é são-joanense e um dos maiores compositores de música clássica barroca do Brasil.

Cidade em que os sinos falam, São João del-Rei da Catedral Basílica Matriz de Nossa Senhora do Pilar, da Igreja de São Francisco e de suas frondosas palmeiras, da Igreja de Nossa Senhora das Mercês e da Igreja de Nossa Senhora do Carmo; da nossa carinhosa maria-fumaça, um patrimônio erigido com participação popular, um dos mais belos cartões postais do Brasil, das betas, do Canal dos Ingleses, da Ponte da Cadeia e do Córrego do Lenheiro, uma das paisagens mais lindas do mundo. São João del-Rei revela em todos os seus traços a imponência de um povo que lutou por sua história e por suas conquistas. São João del-Rei da Serra dos Lenheiros, belíssimo patrimônio ambiental, no qual se encontram pinturas rupestres, um belo acervo de orquídeas e trilhas excitantes para lazer e esporte. É dessa serra que se erige o Cristo a proteger e a abençoar a cidade.

É bem verdade que uma parte do seu patrimônio histórico e cultural foi gradativamente destruído e descaracterizado por gestões públicas inconsequentes e insensíveis. Quando começamos em janeiro nossa gestão, encontramos o acervo de Tomé Portes del-Rei num porão, em estado de desleixo. Algumas das obras desse acervo ficaram irremediavelmente danificadas.



É bem verdade que a falta de investimentos em sua infraestrutura vem ameaçando o cotidiano do são-joanense e mostrando uma realidade cada vez mais comum em nossas cidades brasileiras: a falta de planejamento e o crescimento desordenado. São João del-Rei é também a cidade das contradições sociais que não a vulnerabilidade social e a violência. São João del-Rei, a São João dos queijos, dos sinos, do samba, da princesinha do oeste, do melhor Carnaval do interior do Brasil, do samba, da moda de viola, do teatro, da gostosa cozinha mineira feita no fogão à lenha, do tijucano, um pão de queijo com um bolinho de feijão.

São João del-Rei das festas religiosas, a revelar a fé de um povo altivo e trabalhador; da Semana Santa cujos rituais preservam tradições que não existem mais nem mesmo em Jerusalém; do Corpus Christi e das inúmeras procissões, dos tapetes que maravilham e enfeitam nossas ruas. São João del-Rei dos Alvarengas, Neves, Viegas, Rangels, Silvas, Teixeiras, Carvalhos, Resendes, mas também dos Detomis, Agostinis, Giarolas, Longatis, Hallacks, Baccarinis, Lombardis, Haddads, Rattons e muitos outros, que, no seu anonimato, transformam pedras em amor, carinho e hospitalidade. São João del-Rei dos que ali nasceram, mas também dos milhares que, como eu, se apaixonaram por ela e a adotaram como a cidade de sua família, de seu trabalho e de seu bem viver.

É por isso que tomei a decisão de enviar à Câmara dos Vereadores, nesta semana, o projeto de lei que vai rebatizar a Avenida 31 de Março de Avenida dos Imigrantes, em homenagem a muitas famílias estrangeiras e forasteiras, que contribuíram para fazer a nossa São João del-Rei de hoje. São João del-Rei é, enfim, a cidade para aonde querem voltar todos os seus filhos e que conquista novos filhos a cada dia, por articular fantástica e singularmente o novo e antigo, o presente e o passado, o moderno e o histórico, o profano e o religioso, que inspira na luz que tremula das velas acesas dos casarões vigilantes da liberdade; que se comunicam com os sons dos sinos de nossas igrejas portentosas a anunciar a esperança; que se refletem nas águas que fluem e serpenteiam mansas pelo canal da cadeia nos momentos mais frios dos anos e temerosas ao calor de outros. Que o digam as chuvas de dois sábados atrás. Em todos os momentos, São João del-Rei e sua gente nos inspiram. Parabéns, São João del-Rei. Parabéns para você, são-joanense, como eu, que é apaixonado por essa terra maravilhosa.

Gostaria de pedir a todos, se eu puder quebrar o protocolo, Sr. Presidente, para cantarem *Parabéns pra Você*, pois acho importante nesta hora. Vamos lá. Outro dia, pedi isso lá no congresso, então, vou pedir aqui também. A nossa banda podia entoar o *Parabéns pra Você*, porque, aí, fica tudo muito mais fácil. Lá não tinha banda, não é, Toninho? Porque estava muito longe. Mas agora vamos cantar com a banda.

- Procede-se à homenagem.

O prefeito Helvécio Luiz Reis - Viva São João del-Rei!

Palavras do Presidente

Quero saudar o Exmo. Sr. Secretário de Estado de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e Norte de Minas, dileto amigo deputado Gil Pereira, representando aqui o estimado amigo, grande líder e professor, governador Antonio Anastasia; o Exmo. Sr. Prefeito Municipal de São João del-Rei, essa figura supersimpática, Prof. Helvécio; a vice-prefeita Cristina Lopes - é bom ver as mulheres a cada dia ocupando mais papéis decisivos na vida de cada um de nós; muito sucesso, muita luz; o Exmo. Deputado Rômulo Viegas - já observei que ele é o xodó de vocês, não é? Mas saibam que ele também é o xodó da Assembleia de Minas, pelo talento, pelo caráter, pela decência, pela generosidade. Digo a cada um de vocês, com muita sinceridade, que ele é uma referência deste Parlamento e enche de orgulho a Casa do povo. Por isso é que falo, não somente em Minas, mas pelo Brasil afora: a Assembleia de Minas é a melhor assembleia do Brasil, a mais transparente, a mais ética, a mais justa, a que tem a cara da decência, da dignidade e da justiça social, e que cada dia está mais próxima do cidadão, do mineiro e da mineira. É uma alegria tê-lo aqui ao nosso lado. Dileto amigo Rômulo Viegas, aproveito para dar um abraço fraterno em sua esposa e a sua filha, Flávia, essa incansável trabalhadora de Minas.

Quero saudar aqui, o Exmo. Sr. Reginaldo Lopes, deputado federal, exímio arquiteto político, muito habilidoso que faz um trabalho altamente precioso no Congresso Nacional. É uma alegria tê-lo aqui. É bom rever e encontrar o amigo Domingos Sávio, deputado valente, reto, aguerrido, destemido, comprometido não somente com essa bela história, mas também com Minas, e que luta incansavelmente por um Brasil cada dia melhor. Domingos Sávio, é com muita fraternidade e com muita ternura que o reencontro, aliás, que esta Casa o reencontra, porque você realmente fez um trabalho imensurável nesta augusta Casa.

Quero saudar aqui o presidente da Câmara Municipal de São João del-Rei, que sempre nos acolhe com muita ternura, o vereador Antônio Fuzzato. Seja muito bem-vindo, é uma alegria revê-lo. Aproveito e abraço os vereadores presentes. Quero saudar aqui a magnífica reitora da Universidade Federal de São João del-Rei, Dra. Valéria Kemp. É bom vermos uma obreira do futuro, trabalhando com abnegação, com dedicação. Sou filho de uma professora que anos e anos anda pela estrada da vida. E, há uns 15 dias, foi um momento muito significativo para mim, para ela, para Minas, para o governador Anastasia, e certamente para o futuro de Minas. Há pouco, aqui, aprovamos a estadualização dos cursos universitários de inerência às fundações educacionais que serão abarcados pela Uemg. A Uemg agora dá um pulo extraordinário de 5 mil alunos para 15 mil alunos; de 32 cursos, para 132 cursos.

Abraçamos, com a alegria de todos nós, a minha querida terra natal de Ibirité, a cidade de Campanha, a cidade de Carangola e a querida cidade de Diamantina, do Jk. É por isso que digo que Minas abraça o futuro com maior rapidez. Quero saudar aqui os diletos amigos, deputado Doutor Wilson Batista e o deputado Pompílio Canavez, que também são bravos obreiros, extraordinários e qualificados homens públicos. É muito bom saber que a Assembleia de Minas está contando com esses extraordinários benfeitores, é muito gratificante. Quero saudar aqui e é bom rever o ex-deputado Baldonado, que tantos serviços prestou a esta Casa e que sempre brilhou conduzindo os destinos de Minas Gerais. Quero saudar aqui, em nome da fraternidade, os grupos culturais. Temos de reverenciá-los permanentemente. Quero abraçar aqui essa linda banda musical conhecida como A Furiosa, que cantou e encantou com uma apresentação magnífica. Quero saudar aqui as senhoras, os senhores, a liderança, a imprensa.

Até fiz aqui um discurso de umas dez páginas, mas aí vocês vão observando a missão espinhosa do presidente. Depois vocês dizem que é bom ser presidente, não tem desafio, não tem problema. Mas existe desafio maior? Num primeiro momento, o Prof. Helvécio, que fez uma linda manifestação. E o xodó da Casa, o xodó de São João del-Rei, proferiu uma linda oração, recheada de saudade, de



alegria, de valores, de princípios, de esperança. Portanto, só me resta fazer uma saudação simples, singela, breve, a esta bela história, que hoje, prefeito Helvécio, celebra de verdade o puro espírito mineiro.

Às vezes, nos questionam sobre a história de Minas. A história de Minas é sortuda, é uma saga venturosa, recheada de conquistas e realizações. É só fixar os olhos, é só revisar um pouquinho a nossa história e olhar, sobretudo a história de São João del-Rei, que se vê, de forma muito clara. Uma história representada pela arte, pelo conhecimento, pela sabedoria, pela retidão, pelos valores republicanos, pelo patriotismo. Uma história que tem a marca do barroco. Há pouco, esta Casa abraçou, com o coração cheio de satisfação, o Dia do Barroco Mineiro. Aliás, pela primeira vez, no dia 18 de novembro, foi celebrado o Dia do Barroco Mineiro. No ano que vem, estaremos celebrando os 200 anos da imortalidade de Aleijadinho, esse gênio que também é xodó de cada um de nós. Na verdade, ele foi um gênio que ultrapassou as fronteiras de Minas e do Brasil e que cada dia mais coloca o nosso país numa posição de destaque.

A história de São João del-Rei, a história dos sinos e da fé, essa fé inquebrantável, faz-nos acreditar na edificação de um futuro melhor. Essa cidade é da religiosidade. Na verdade, em tudo na vida, é preciso ter fé e religiosidade. É dessa maneira que se transforma a vida, se transforma a alma. Assim que nos ensinava Madre Teresa de Calcutá, uma mulher pobre, carente, filha de escrava e que rezava com fé. Há pouco tempo, ela foi beatificada. Aliás, esse seu espírito haverá sempre de nos inspirar para que cada um de nós possa ser melhor, generoso e solidário. Solicitamos a bênção e a proteção a Nhá Chica para que continuemos fazendo o bem. E não poderia me esquecer daquele bravo patriota, Tiradentes, em hipótese alguma, sobretudo aqui, na Casa da liberdade e da justiça, na casa da transformação. Até hoje o saudoso presidente Tancredo Neves continua nos inspirando, até porque, deputado Domingos Sávio, ele nos deixou um legado eterno. Fico a imaginar e a refletir que, mais do que nunca, está claro o porquê de Aécio Neves se posicionar, cada dia mais, como grande porta-voz da esperança de um futuro Brasil melhor e generoso. Maior pela sua figura carismática, pelo seu saber, pela sua reflexão e pelos valores que certamente ele adota nessa bela história de São João del-Rei.

Portanto só me resta aqui, neste momento, como empregado dos mineiros, abraçá-los. Digo, querido prefeito, querido amigo Rominho, Reginaldo e Domingos Sávio, que a maior virtude do ser humano é a gratidão. Essa é a mais nobre. Aqui, como empregado dos mineiros, exercendo temporariamente a presidência desta Casa, quero externar a nossa suprema gratidão a cada um de vocês, a essa história tão rica em tradição, tão rica em valores de São João del-Rei. Tenho a certeza de que ela haverá de nos empolgar, cada dia mais, para construir uma sociedade mais irmã, mais justa, mais cristã, mais solidária, até porque esse sempre foi o desenho, esse sempre foi o desejo, esse sempre foi o ideal de Bárbara Heliadora, de Tiradentes, de Aleijadinho, e de tantos outros que engrandeceram e continuam enaltecendo a nossa história.

Certamente, aqui daremos uma arrancada fulminante, com uma fé inquebrantável, com uma vontade louca, para aquele futuro para o qual eles sempre lançaram o seu olhar, um futuro de paz, de prosperidade e de justiça social. Rômulo Viegas, obrigado. Foi muito bom estar aqui ao lado de vocês. Olha, já falei com o prefeito, com o Reginaldo, com o Domingos Sávio e com o Rominho. Vocês viram como a Assembleia está linda? Ela está totalmente iluminada. Aliás, tem até uma Vila do Papai Noel aqui, cedida gratuitamente pela ex-deputada Maria Elvira. Sabem para quê? Para recepcionar com carinho, com ternura e solidariedade, cada um de vocês. Recepcionar e abraçar essa linda história, que nos ajudará com muita fé a construir um Brasil muito mais feliz. Um beijo no coração. Viva São João del-Rei. Parabéns.

Aliás, aproveito o momento e suplico ao supremo Criador de todas as coisas que possa iluminar o coração de cada um de nós no Natal, para que possamos fazer de nossa vida um instrumento de fé na mudança social, de fé na garantia de uma belíssima colheita de paz, de prosperidade e de fraternidade a gerações vindouras. Viva São João del-Rei. Viva o Natal. Viva Minas Gerais. Viva o Brasil. Obrigado, São João del-Rei. Obrigado, Rominho, por um momento tão rico, não somente para meu coração, mas também para o coração de todos os mineiros. Valeu.

Apresentação Musical

O locutor - Convidamos os presentes a ouvir os professores do curso de música da UFSJ Elenis Guimarães, cantando, Antônio Carlos Guimarães, na flauta, Nicholas Viggiano e Abel Moraes, no violoncelo, e Modesto Flávio, na viola, que apresentarão as músicas *Acalanto das Rosas*, de Cláudio Santoro, uma poesia de Vinícius de Moraes, *Trenzinho caipira*, de Heitor Villa Lobos, e *Cantares*, de Ronaldo Miranda. Logo após, seremos brindados, mais uma vez, com a execução, pela Furiosa, sob a condução do maestro José Antônio da Costa, do Hino Municipal de São João del-Rei.

- Procede-se à apresentação musical.

O presidente - A presidência convida a todos para a celebração dos 600 anos de São João del-Rei. Confirmado?

Encerramento

O presidente - A presidência manifesta a todos os agradecimentos pela honrosa presença e, cumprido o objetivo da convocação, encerra a reunião, convocando as deputadas e os deputados para as extraordinárias de amanhã, dia 10, às 9 e às 20 horas, nos termos do edital de convocação, e para a ordinária também de amanhã, às 14 horas, com a seguinte ordem do dia: (- A ordem do dia anunciada foi publicada na edição do dia 10/12/2013.). Levanta-se a reunião.



EDITAIS DE CONVOCAÇÃO DE REUNIÃO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Direitos Humanos

Nos termos regimentais, convoco os deputados Rômulo Viegas, Rogério Correia, Sebastião Costa e Zé Maia, membros da supracitada comissão, para a reunião, com a presença de convidados, a ser realizada em 16/12/2013, às 16 horas, na Sala das



Comissões, com a finalidade de debater a grave violação dos direitos humanos e os atos de abuso de autoridade praticados contra o Sd. PM Elton Rodrigues Marques, da 2ª Companhia do Batalhão de Polícia de Trânsito da Polícia Militar.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2013.

Durval Ângelo, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Extraordinária da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duarte Bechir, Gustavo Corrêa, Rômulo Veneroso e Sávio Souza Cruz, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 16/12/2013, às 16h20min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 2º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.649/2012, do governador do Estado, e 4.696/2013, do deputado Gilberto Abramo; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2013.

Célio Moreira, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 16/12/2013, às 18h30min e às 20 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno do Projeto de Lei nº 1.023/2011, do deputado Leonardo Moreira; o parecer sobre emendas e substitutivo ao Projeto de Lei nº 4.439/2013; o parecer sobre emendas aos Projetos de Lei nºs 4.440, 4.441 e 4.745/2013, do governador do Estado; e os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei nºs 3.926 e 4.485/2013, do deputado João Vítor Xavier, e 4.390 e 4.646/2013, do governador do Estado; e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reunião Conjunta das Comissões de Fiscalização Financeira e Orçamentária e de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno

Nos termos regimentais, convoco os deputados Jayro Lessa, Adalclever Lopes, João Vítor Xavier, Lafayette de Andrada, Romel Anízio e Ulysses Gomes, membros da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária; as deputadas Liza Prado, Luzia Ferreira, Maria Tereza Lara e Rosângela Reis e os deputados, Almir Paraca, André Quintão, Antônio Carlos Arantes, Bosco, Carlos Mosconi, Carlos Pimenta, Celinho do Sintrocel, Célio Moreira, Dalmo Ribeiro Silva, Doutor Wilson Batista, Duarte Bechir, Durval Ângelo, Elismar Prado, Fabiano Tolentino, Fred Costa, Gustavo Corrêa, Gustavo Perrella, Hely Tarquínio, João Leite, Marques Abreu, Paulo Lamac, Pompílio Canavez, Sávio Souza Cruz, Sebastião Costa, Tadeu Martins Leite, Tenente Lúcio, Tiago Ulisses, membros da Comissão de Membros das Comissões Permanentes - § 1º do Art. 204 do Regimento Interno, para a reunião a ser realizada em 17/12/2013, às 9h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para Turno Único dos Projetos de Lei nºs 4.550 e 4.551/2013, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2013.

Zé Maia, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Reuniões Extraordinárias da Comissão Especial para Emitir Parecer sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013

Nos termos regimentais, convoco os deputados Duílio de Castro, Lafayette de Andrada, Marques Abreu e Tadeu Martins Leite, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 17/12/2013, às 11h15min, às 15horas e às 20horas na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar o Parecer para o 2º Turno da Proposta de Emenda à Constituição nº 59/2013, do governador do Estado, e de discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 13 de dezembro de 2013.

Sebastião Costa, presidente.



TRAMITAÇÃO DE PROPOSIÇÕES

PARECER PARA O 1º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 4.787/2013

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Alencar da Silveira Jr., o projeto de lei em análise proíbe, no território do Estado de Minas Gerais, a apresentação, a manutenção e a utilização de animais selváticos ou domésticos, sejam nativos ou exóticos, em espetáculos circenses ou quaisquer eventos que explorem essas espécies de animais.

A proposição foi apreciada preliminarmente pela Comissão de Constituição e Justiça, que concluiu por sua juridicidade, constitucionalidade e legalidade, com a Emenda nº 1, que apresentou.

A seguir, o projeto foi encaminhado à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável que opinou pela sua aprovação, na forma do Substitutivo nº 1, que apresentou.

Cabe agora a esta comissão emitir seu parecer, em cumprimento do disposto no art. 188, combinado com o art. 102, VII, “d” do Regimento Interno.

Fundamentação

A proposição em análise visa proibir a apresentação, a manutenção e a utilização de animais silvestres ou domésticos, nativos ou exóticos, em espetáculos circenses ou quaisquer eventos que explorem animais. A proibição não se aplicaria a eventos sem fins lucrativos, de natureza científica, educacional ou protetional, nem a rodeios e exposições agropecuárias ou a eventos voltados para a comercialização de animais, desde que estejam mantidos em condições adequadas de bem-estar. Além disso, a proposta prevê a aplicação de multa aos infratores da norma que se pretende instituir.

A Comissão de Constituição e Justiça, em sua análise, destacou a competência do Estado para legislar concorrentemente sobre proteção à fauna e propôs a Emenda nº 1, para alterar o valor e a unidade da pena prevista em caso de descumprimento da norma de Unidade Fiscal de Referência - Ufir - para Unidade Fiscal do Estado de Minas Gerais - Ufmg.

O Substitutivo nº 1 da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável aprimora tecnicamente o projeto e incorpora a Emenda nº 1 da Comissão de Constituição e Justiça.

Pelo sistema jurídico vigente, resta claro que a tutela do meio ambiente, nele compreendida a fauna, é de responsabilidade do poder público. O *caput* do art. 225 e o seu §1º, inciso VII, da Constituição da República preceituam:

“Art. 225 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

§ 1º - Para assegurar a efetividade desse direito, incumbe ao Poder Público:

VII - proteger a fauna e a flora, vedadas, na forma da lei, as práticas que coloquem em risco sua função ecológica, provoquem a extinção de espécies ou submetam os animais a crueldade” (grifos nossos).

No mesmo sentido, a Lei Federal nº 9.605, de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, ao tratar dos crimes contra o meio ambiente, em seu art. 32, estabelece como crime contra a fauna “praticar ato de abuso, maus-tratos, ferir ou mutilar animais silvestres, domésticos ou domesticados, nativos ou exóticos” (grifos nossos).

Todavia, conforme muito bem fundamentado pela comissão de mérito, que nos antecedeu na análise da matéria, os animais que vivem e se apresentam nos circos sofrem uma vida inteira de maus-tratos, como o uso de choques, chicotes ou bastões pontiagudos nos treinamentos; vivem confinados em pequenos espaços; são submetidos a constantes deslocamentos que lhes causam alto grau de estresse; nem sempre recebem alimentos em quantidade e qualidade suficientes; carecem de assistência veterinária, de controles efetivos sobre sua procedência, de condições adequadas de saúde e de vacinas. Todos esses fatos, além de colocarem em risco sua integridade, constituem séria ameaça para o controle da propagação de zoonoses.

Há ainda casos de ataques desses animais a funcionários e à população em geral, como o caso de repercussão mundial, ocorrido em Pernambuco, em um circo de grande expressão, onde um garoto foi arrastado para a jaula e dilacerado por leões famintos e estressados.

Outro aspecto relevante é o fato de que a omissão do poder público para com a exposição de animais em circos estimula o tráfico de animais selvagens ao redor do mundo, prática reconhecidamente cruel e criminoso. Animais ainda filhotes são arrancados de suas famílias e de seu hábitat e revendidos aos circos.

Esses animais, quando ficam velhos ou doentes, ou quando os circos de pequeno porte entram em crise financeira ou falência, são abandonados à própria sorte. Muitos morrem sem nenhuma assistência. Quando o poder público, que deveria protegê-los, os captura, não dispõe de local adequado para a sua guarda nem de recursos humanos e financeiros para o seu tratamento e alimentação, o que o leva a sacrificá-los. O ônus recai então sobre o contribuinte e sobre a sociedade como um todo. Muitas vezes, sobrevivem apenas aqueles resgatados por ativistas ou organizações governamentais.

Esses argumentos elencados, e tantos outros que poderiam ser mencionados, demonstram a importância da matéria em discussão.

Cabe informar, ainda, que a utilização de animais em apresentações circenses é proibida em diversos países do mundo e em nove estados brasileiros - Alagoas, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo.



Conclusão

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.787/ 2013, no 1º turno, na forma do Substitutivo nº 1, da Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, e pela rejeição da Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Esclarecemos que com a aprovação do Substitutivo nº 1 fica prejudicada a Emenda nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Fred Costa, relator - Bosco - Célio Moreira.

PARECER PARA O 2º TURNO DO PROJETO DE LEI Nº 177/2011

Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária

Relatório

De autoria do deputado Rogério Correia, o projeto de lei em epígrafe institui a Política Estadual de Desenvolvimento do Brasil Rural - PEDBR - e dá outras providências.

Aprovado no 1º turno na forma do Substitutivo nº 2, foi a matéria distribuída à Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária para receber parecer para o 2º turno, nos termos do art. 102, VII, combinado com o art. 189, do Regimento Interno.

Em anexo, apresentamos a redação do vencido.

Fundamentação

Resultado da interação entre texto originado na Comissão de Participação Popular e de discussões realizadas junto ao Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – Cedraf –, presidido pelo Secretário de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento e coordenado pela Subsecretaria de Agricultura Familiar da mesma pasta, o Substitutivo nº 2 desta comissão, convertido pelo Plenário desta Casa no vencido, substitui, no projeto de lei em pauta, a denominação Política Estadual de Desenvolvimento do Brasil Rural – PEDBR –, por Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Pedraf –, expressão que se mostra adequada ao caso. Outra medida importante proposta no 1º turno é a necessária articulação da Pedraf com a Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola, instituída pela Lei nº 11.405, de 1994.

Elaborada numa época que ainda não se adotava a nomenclatura “agricultura familiar” para se referir à família rural cujos membros se dedicam eles próprios à produção agropecuária em pequena gleba de terra, hoje regulamentada pela Lei Federal nº 11.326, de 2006, a Política de Desenvolvimento Agrícola do Estado necessita realmente de atualização de seus princípios e objetivos. Essa tarefa temos agora a oportunidade de realizar.

Vale notar, porém, que, até por questões de evolução das técnicas de redação legislativa e da própria abordagem da moderna legística de que se serve esta Casa, alguns formatos adotados pela lei de 1994 necessitam de atualização, razão pela qual apresentamos a Emenda nº 1 ao vencido. Ressalte-se que tal emenda promove apenas o reordenamento e a adequação do artigo de princípios da Lei de Desenvolvimento Agrícola do Estado, sem alteração de conteúdo, de modo a ajustá-lo à mencionada técnica.

Entendemos ainda que o projeto de lei em análise dá concretude a uma política pública da mais alta relevância por ter como principal público-alvo os agricultores familiares, segmento que representa, conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – do Censo Agropecuário 2006, cerca de 80% dos estabelecimentos rurais do Estado e 36% do valor da produção agrícola, apesar de ocupar apenas 15% do território mineiro.

Esta comissão, em primeiro turno, apontou que a matéria, em sua forma inicial, instituiu obrigações onerosas ao Poder Executivo, sem, no entanto, indicar as correspondentes fontes de recursos, como exige a Lei Complementar nº 101, de 2000, a chamada Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF. Entretanto, esses óbices foram removidos durante a tramitação da matéria. Considerando os aperfeiçoamentos legais trazidos pelo Substitutivo nº 1, mantidas no Substitutivo nº 2, o qual trouxe melhorias também sob o aspecto do mérito, e ainda a inexistência de repercussão orçamentária negativa derivada da criação da Pedraf, a comissão opinou pela aprovação do projeto na forma do Substitutivo nº 2.

Em nova análise, esta comissão mantém o entendimento exarado em primeiro turno, considerando adequados tanto os objetivos buscados pelo deputado proponente, como os aperfeiçoamentos trazidos à matéria. Entretanto, o relator julga proveitosa ainda a gradual reprodução e adaptação da política de desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar em nível municipal. Considerando-se a extensa e capilarizada rede de municípios em Minas Gerais, é essencial a participação desses entes para o sucesso da Pedraf. É sabido que os municípios são autônomos, não podendo o Estado interferir de maneira coercitiva em seu ordenamento legal. Entretanto, é plenamente adequado que o Poder Executivo, respeitada sua conveniência administrativa, apoie esses entes para que elaborem e implementem suas políticas municipais de desenvolvimento rural. Dessa forma, apresentamos a Emenda nº 2 ao final deste parecer, que, além disso, também promove ajuste de redação no § 2º do art. 4º.

Conclusão

Pelo exposto, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 177/2011, no 2º turno, na forma do vencido, com as Emendas nºs 1 e 2, a seguir apresentadas.

EMENDA Nº 1

Dê-se ao art. 2º da Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994, a que se refere o art. 2º do projeto, a seguinte redação:

“Art. 2º – O art. 2º da Lei nº 11.405, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – A política estadual de desenvolvimento agrícola fundamenta-se, entre outros, nos seguintes princípios:

I – a produção de alimentos básicos e a sua distribuição, preservados os interesses dos produtores e consumidores, mediante a adoção de estratégia global de intervenção;

II – o abastecimento adequado e a segurança alimentar como condições básicas para a tranquilidade social, a ordem pública, o processo de desenvolvimento socioeconômico e os direitos da cidadania;



III – a adoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental como paradigma na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção de agroecossistemas viáveis;

IV – a diversidade de características dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura fundiária, às condições edafoclimáticas, à capacidade empresarial, ao uso de tecnologias e às condições socioeconômicas e culturais deverá ser considerada pelo poder público na definição de suas ações;

V – a participação social na formulação, na execução e no monitoramento das políticas agrícolas e dos planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário como condição necessária para assegurar a sua legitimidade;

VI – a articulação do Estado com a administração federal e com as administrações municipais, com vistas a promover o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e dos espaços rurais;

VII – o acesso das famílias rurais aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e cultura, bem como a outros benefícios sociais;

VIII – articulação entre o poder público e a iniciativa privada, com vistas a dotar a produção agropecuária de condições de competitividade nos mercados interno e externo;

IX – a compatibilização entre a política agrícola estadual e a política agrária, a fim de fornecer a esta as condições necessárias à sua viabilização técnica e socioeconômica;

X – a geração de emprego e renda, bem como de receitas de tributos para o Estado, que as administrará com vistas a manter e elevar o potencial e a sustentabilidade do setor agrícola;

XI – o desenvolvimento da agricultura familiar, com vistas a sua integração gradual na economia de mercado;

XII – a universalização do acesso às políticas públicas estaduais e federais com foco no atendimento da agricultura familiar e dos povos e das comunidades tradicionais;

XIII – a agricultura como atividade econômica que deve proporcionar rentabilidade compatível com a de outros setores da economia;

XIV – o apoio à organização associativa de produtores e trabalhadores rurais como condição necessária para a estabilidade e o pleno desenvolvimento do setor agrícola e dos espaços rurais;

XV – a valorização da responsabilidade coletiva e compartilhada, tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação;

XVI – o reconhecimento da importância do patrimônio ambiental, sociocultural e econômico relacionados com as atividades agropecuárias e com os espaços rurais;

XVII – a transparência dos programas, das ações e da aplicação de recursos públicos no âmbito das políticas públicas relativas ao desenvolvimento rural sustentável;

XVIII – a dinamização econômica com base nas inovações tecnológicas para o estabelecimento de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal e pesqueira;

XIX – o fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão social, tendo como base o protagonismo das organizações da sociedade civil.

§ 1º – A atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos em que os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados com vistas ao cumprimento da função social e econômica da propriedade rural, voltada para o desenvolvimento rural sustentável.

§ 2º – O setor agrícola é constituído por segmentos como os de produção, de insumos, de comércio, de abastecimento e de armazenamento, pela agroindústria entre outros, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e ao mercado.””.

EMENDA Nº 2

Dê-se ao § 2º do art. 4º a seguinte redação e acrescentem-se os seguintes §§ 3º e 4º:

“Art. 4º – (...)

§ 2º – Para a execução do Pledraf, além das dotações orçamentárias consignadas na Lei Orçamentária Anual, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal e com sócios públicos, entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

§ 3º – O Poder Executivo estadual apoiará, no que for aplicável, a elaboração e a implementação das políticas municipais de desenvolvimento rural sustentável e da agricultura familiar.

§ 4º – A transferência voluntária de recursos da Lei Orçamentária Anual para os municípios com a finalidade de implementação de programas e ações alinhados com o Pledraf fica condicionada à existência de plano municipal de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar, previsto em lei que institua política municipal de desenvolvimento rural sustentável da agricultura familiar.”.

Sala das Comissões, 12 de dezembro de 2013.

Jayro Lessa, presidente - Ulysses Gomes, relator - Célio Moreira - Bosco - Rogério Correia.

PROJETO DE LEI Nº 177/2011

(Redação do Vencido)

Institui a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar.

A Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais decreta:

Art. 1º – Fica instituída a Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Pedraf –, que deverá nortear a elaboração e a implementação do Plano Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar – Pledraf.

§ 1º – A Pedraf tem por objetivo orientar as ações de governo voltadas para o desenvolvimento rural, sustentável e solidário e para o fortalecimento da agricultura familiar no Estado, garantida a participação da sociedade civil organizada.



§ 2º – A Pedraf se articulará, no que couber, com a Política Estadual de Desenvolvimento Agrícola, contida na Lei nº 11.405, de 28 de janeiro de 1994, bem como com as políticas públicas, órgãos e conselhos de representação da agricultura familiar no âmbito federal.

Art. 2º – O art. 2º da Lei nº 11.405, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 2º – A política estadual de desenvolvimento agrícola fundamenta-se, entre outros, nos seguintes princípios:

I – a atividade agrícola compreende processos físicos, químicos e biológicos em que os recursos naturais envolvidos devem ser utilizados e gerenciados com vistas ao cumprimento da função social e econômica da propriedade rural, voltada para o desenvolvimento rural sustentável;

II – a diversidade de características dos estabelecimentos rurais quanto à estrutura fundiária, às condições edafoclimáticas, à capacidade empresarial, ao uso de tecnologias e às condições socioeconômicas e culturais deverá ser considerada pelo poder público na definição de suas ações;

III – a adoção da sustentabilidade socioeconômica e ambiental como paradigma na redução das desigualdades sociais e regionais e na promoção de agroecossistemas viáveis;

IV – constituem o setor agrícola segmentos como os de produção, de insumos, de comércio, de abastecimento, de armazenamento, de agroindústria e outros, os quais respondem diferenciadamente às políticas públicas e às forças de mercado;

V – a participação social na formulação, execução e monitoramento da política agrícola e dos planos de desenvolvimento rural sustentável e solidário é condição necessária para assegurar a sua legitimidade;

VI – as ações para o desenvolvimento agrícola objetivarão oferecer às famílias rurais o acesso aos serviços essenciais de saúde, educação, segurança pública, transporte, eletrificação, comunicação, habitação, saneamento, lazer e cultura, bem como a outros benefícios sociais;

VII – a política agrícola estadual deve compatibilizar-se com a política agrária e fornecer a esta as condições necessárias à sua viabilização técnica e socioeconômica;

VIII – a atividade agrícola é responsável pela geração de emprego e rendas, bem como de receitas de tributos para o Estado, que as administrará com vistas a manter e elevar o potencial e a sustentabilidade do setor agrícola;

IX – o poder público criará condições para o desenvolvimento da agricultura familiar, com vistas a sua integração gradual na economia de mercado;

X – a universalização do acesso às políticas públicas estaduais e federais com foco no atendimento da agricultura familiar, povos e comunidades tradicionais;

XI – a agricultura, como atividade econômica, deve proporcionar rentabilidade compatível com a de outros setores da economia;

XII – o poder público deverá promover ações, articuladas com a iniciativa privada, com vistas a dotar a produção agropecuária de condições de competitividade nos mercados interno e externo;

XIII – o poder público deverá estimular e garantir a produção de alimentos básicos e a sua distribuição, preservados os interesses dos produtores e consumidores, mediante a adoção de estratégia global de intervenção;

XIV – o abastecimento adequado e a segurança alimentar são condições básicas para garantir a tranquilidade social, a ordem pública, o processo de desenvolvimento socioeconômico e os direitos da cidadania;

XV – o Estado deverá articular-se com a administração federal e com as administrações municipais com vistas a promover, por meio de ações conjuntas, o desenvolvimento sustentável do setor agrícola e dos espaços rurais;

XVI – o apoio à organização associativa de produtores e trabalhadores rurais é condição necessária para a estabilidade e o pleno desenvolvimento do setor agrícola e dos espaços rurais;

XVII – a valorização da responsabilidade coletiva e compartilhada tendo por base os princípios da autogestão e da cooperação;

XVIII – o reconhecimento da importância do patrimônio ambiental, sociocultural e econômico relacionado às atividades agropecuárias e aos espaços rurais;

XIX – a transparência dos programas, das ações e da aplicação de recursos públicos no âmbito das políticas públicas relativas ao desenvolvimento rural sustentável;

XX – a dinamização econômica com base nas inovações tecnológicas para o estabelecimento de modelo sustentável de produção agropecuária, extrativista, florestal e pesqueira;

XXI – o fortalecimento dos mecanismos de controle e gestão social, tendo como base o protagonismo das organizações da sociedade civil.”

Art. 3º – O art. 3º da Lei nº 11.405, de 1994, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º – São objetivos da política estadual de desenvolvimento agrícola:

I – definir e disciplinar as ações e os instrumentos do poder público destinados a promover, regular, fiscalizar, controlar e avaliar as atividades e suprir as necessidades do setor agrícola, com vistas a assegurar o incremento da produção e da produtividade agrícola, a rentabilidade dos empreendimentos, a estabilidade dos preços e do mercado, a redução das disparidades regionais e de renda e a melhoria das condições de vida da família rural;

II – garantir a regularidade do abastecimento alimentar, mediante oferta crescente e sustentada dos produtos básicos para a alimentação da população, que será devidamente orientada;

III – estimular e apoiar as iniciativas de organização cooperativa e associativa de produtores e trabalhadores rurais;

IV – eliminar distorções que afetem o desempenho das funções socioeconômicas da agricultura;

V – proteger o meio ambiente, garantir o uso racional dos recursos naturais e estimular a recuperação dos ecossistemas degradados;

VI – promover a formação de estoques estratégicos e a elevação dos padrões competitivos, com vistas ao estabelecimento de melhores condições para a comercialização, o abastecimento e a exportação dos produtos;



VII – prestar apoio institucional ao produtor rural, sendo devido atendimento prioritário e diferenciado ao agricultor familiar, aos povos e comunidades tradicionais, bem como aos beneficiários dos programas de reforma agrária;

VIII – prestar assistência técnica e extensão rural pública, gratuita e de qualidade para a agricultura familiar e para os povos e comunidades tradicionais;

IX – promover a integração das políticas públicas destinadas ao setor agrícola com as demais, de modo a proporcionar acesso da família rural à infraestrutura e aos serviços de saúde, assistência social, saneamento, segurança, transporte, eletrificação, habitação rural, cultura, lazer, esporte e comunicação, aí incluída a telefonia e o acesso à internet e a sinal de televisão e rádio;

X – estimular o processo de agroindustrialização, nele incluídas a fabricação de insumos e as demais fases da cadeia produtiva, considerada a preferência para:

a) as regiões produtoras na implantação de projetos e empreendimentos;

b) a diversificação com foco nos empreendimentos agroindustriais rurais de pequeno porte;

XI – promover e estimular o desenvolvimento de ciência, tecnologia e inovação agrícolas, públicas e privadas, em especial aquelas voltadas para a utilização dos fatores internos de produção;

XII – garantir a integração e ampliação do acesso, entre outros itens, a:

a) infraestrutura de produção e logística de qualidade no campo;

b) transferência da tecnologia gerada pela pesquisa agropecuária, prioritariamente com enfoque agroecológico;

c) equipamentos e sistemas de comercialização e abastecimento alimentar;

d) educação contextualizada de qualidade, capacitação e profissionalização;

XIII - garantir o papel estratégico dos espaços rurais na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável e solidário com base na agrobiodiversidade;

XIV – fortalecer processos de dinamização econômica, social, cultural e política dos espaços rurais;

XV – priorizar o fortalecimento da agricultura familiar e dos povos e comunidades tradicionais, definidos em lei federal, visando à garantia da soberania e segurança alimentar e nutricional e à democratização do acesso à terra;

XVI – garantir o acesso universal à água de qualidade e em quantidade suficiente, com prioridade para as famílias em situação de insegurança hídrica e para a produção de alimentos da agricultura familiar;

XVII – formular e implementar programas e ações que assegurem a preservação da biodiversidade, a reprodução do patrimônio cultural e a permanência das populações rurais com dignidade nas áreas rurais, observando a diversidade social e étnorracial e a equidade de gênero e geração;

XVIII – promover nas áreas rurais a conformidade com as leis trabalhistas vigentes;

XVIII – garantir apoio à regularização ambiental dos estabelecimentos rurais da agricultura familiar, em especial à inclusão no Cadastro Ambiental Rural - CAR -, criado pela Lei Federal nº 12.651, de 25 de maio de 2012;

XIX – garantir apoio à regularização sanitária dos estabelecimentos agroindustriais rurais de pequeno porte, regulados pela Lei nº 19.476, de 11 de janeiro de 2011;

XX – consolidar mecanismos e instrumentos de gestão social no planejamento, elaboração, integração, controle e monitoramento das políticas públicas.”

Art. 4º – A formulação e implementação do Pledraf será realizada pelo Poder Executivo, sob a coordenação do Cedraf, garantida a participação da sociedade civil organizada, tendo como base as seguintes diretrizes:

I – potencialização da diversidade ambiental, social, cultural e econômica, além da valorização das múltiplas funções desempenhadas pela agricultura familiar e povos e comunidades tradicionais;

II – dinamização da pluriatividade econômica por meio das inovações tecnológicas e da democratização do acesso às tecnologias relacionadas a sistemas de produção sustentáveis, sobretudo de base agroecológica;

III – fortalecimento dos fatores de atratividade geradores de qualidade de vida, inclusão social e igualdade de oportunidades nos espaços rurais;

IV – fortalecimento de arranjo institucional articulado de forma intersetorial que estimule a integração das ações do Estado no âmbito da Pedraf;

V – consolidação dos mecanismos de controle e gestão social, a partir do protagonismo das organizações da sociedade civil.

§ 1º – A elaboração do Pledraf, a que se refere o *caput*, observará ainda as prioridades emanadas da Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável.

§ 2º – Para a execução do Pledraf, além das dotações orçamentárias consignadas no planejamento público do Estado, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou instrumentos congêneres com órgãos e entidades da administração pública federal e com consórcios públicos e entidades de direito público e privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente.

Art. 5º – Constituem público-alvo dos planos e ações derivados da Pedraf:

I – o agricultor familiar, conforme o art. 3º da Lei Federal nº 11.326, de 24 de julho de 2006;

II – o trabalhador assalariado em atividade agropecuária, conforme regulamento;

III – o beneficiário de programas estaduais ou federais de crédito fundiário;

IV – a mulher de baixa renda residente no meio rural, conforme regulamento;

V – o jovem filho de agricultor familiar ou trabalhador assalariado a que se refere o inciso II deste artigo;

VI – o quilombola formalmente reconhecido;

VII – o indígena.

Art. 6º – São instâncias de formulação, planejamento, execução, acompanhamento e monitoramento da Política Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável da Agricultura Familiar:



I – a Conferência Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável, instância responsável pela formulação das diretrizes e prioridades da política de que trata esta lei;

II – o Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável - Cedraf -, que terá sua composição e atribuições estabelecidas no regulamento, garantida a participação de representantes de órgãos governamentais e de entidades e organizações da sociedade civil;

III – os Conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável e congêneres, no âmbito de suas atribuições;

IV – as instâncias, os fóruns, os colegiados e as instituições privadas dos espaços rurais alinhados com o objetivo da política de que trata esta lei e reconhecidos pelo Cedraf.

Art. 7º – Constituem fontes de recursos para a implementação da Pedraf as dotações orçamentárias consignadas no orçamento anual do Estado, além de recursos oriundos de convênios, acordos de cooperação e doações, entre outros, observada a legislação vigente.

§ 1º – Os órgãos públicos e entidades da sociedade civil participantes da Pedraf poderão receber recursos do Fundo de Erradicação da Miséria - FEM -, para aplicação em programas e ações que atendam à finalidade disposta no art. 4º da Lei nº 19.990, de 29 de dezembro de 2011, e de outros fundos nacionais e internacionais que apoiem ações de desenvolvimento rural sustentável solidário.

§ 2º – Os programas e projetos oriundos da União, vinculados à agricultura familiar e aos povos e comunidades tradicionais, poderão ter sua execução viabilizada através de convênios, contratos e parcerias com os órgãos públicos estaduais e entidades da sociedade civil reconhecidas pelo Cedraf.

Art. 8º – Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.



COMUNICAÇÃO DESPACHADA PELO SR. PRESIDENTE

COMUNICAÇÃO

- O Sr. Presidente despachou, em 12/12/2013, a seguinte comunicação:

Do deputado Celinho do Sinttrocel, notificando o falecimento do Sr. José Theodoro Guimarães da Silva, presidente da Federação dos Trabalhadores Rodoviários de Minas Gerais - FETROMINAS -, ocorrido em 7/12/2013, em Belo Horizonte. (- Ciente. Ofício-se.)



MANIFESTAÇÕES

MANIFESTAÇÕES

A Assembleia Legislativa aprovou, nos termos do art. 103, III, "b" a "d", do Regimento Interno, as seguintes manifestações: de congratulações com a Indústria Cerâmica Andradense S. A. pelos 40 anos de sua fundação (Requerimento nº 5.918/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Robson Braga de Andrade pela instalação, em Itajubá, da fábrica de transformadores Balteau Produtos Elétricos Ltda. (Requerimento nº 5.919/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a empresa Balteau pela inauguração de fábrica em Itajubá (Requerimento nº 5.922/2013, do deputado Ulysses Gomes);

de congratulações com o Sr. Bruno Pereira Freitas, presidente da Associação Comercial de Elói Mendes, por ter sido agraciado com o prêmio Mérito Empresarial - Federaminas 2013 (Requerimento nº 5.956/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a Associação Comercial, Industrial e Agropecuária de Jacutinga pela realização do 7º Mérito Empresarial (Requerimento nº 5.993/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Ricardo Zema por seu empreendedorismo à frente do Grupo Zema, que completa 90 anos de fundação (Requerimento nº 6.101/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a rede de lojas Eletrozema pelos 90 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.102/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com a empresa Jota Efe Indústria e Comércio Ltda. pelo recebimento do prêmio Os Melhores Sabores do Brasil, conferido pela Expobev e Confrebrás 2013 (Requerimento nº 6.106/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a empresa Cibal Comércio e Indústria de Bebidas Aurea Ltda. pelo recebimento do prêmio Os Melhores Sabores do Brasil, conferido pela Expobev e Confrebrás 2013 (Requerimento nº 6.107/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sr. Antônio José pelo recebimento da Medalha do Mérito Empresarial 2013, conferida pela Federaminas (Requerimento nº 6.127/2013, do deputado Duarte Bechir);

de aplauso à Sra. Rosana Marques, empresária do Município de Juruaia, pelo recebimento do prêmio, conferido pela revista *Cláudia*, de mulher empresária mais bem-sucedida no ano (Requerimento nº 6.253/2013, do deputado Antônio Carlos Arantes);

de aplauso ao Frei Cláudio van Balen por seus 80 anos de vida (Requerimento nº 6.259/2013, da Comissão de Participação Popular);

de aplauso à Igreja Pentecostal Deus É Amor por seu jubileu de ouro (Requerimento nº 6.261/2013, do deputado Sávio Souza Cruz);

de congratulações com a comissão organizadora da VI Conferência Estadual de Políticas Públicas sobre Drogas, com os Srs. Eros Biondini, secretário de Esportes, e Cloves Eduardo Benevides, subsecretário de Políticas sobre Drogas, e com o representante do



Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas pela realização da referida conferência (Requerimento nº 6.281/2013, da deputada Liza Prado);

de congratulações com o Sindicato da Indústria da Construção Pesada no Estado de Minas Gerais pelos 45 anos de sua fundação (Requerimento nº 6.300/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Prata pelos 140 anos desse município (Requerimento nº 6.301/2013, do deputado Bosco);

de congratulações com a comunidade de Betim pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.302/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Mateus Leme pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.303/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Candeias pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.304/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Alagoa pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.305/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Guaraciaba pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.306/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Veredinha pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.307/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Itutinga pelos 60 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 6.308/2013, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Bocaina de Minas pelos 60 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 6.309/2013, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Lassance pelos 60 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 6.310/2013, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Ribeirão Vermelho pelos 65 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 6.311/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com a comunidade de Várzea da Palma pelos 60 anos de emancipação desse município (Requerimento nº 6.312/2013, do deputado Fábio Cherem);

de congratulações com a comunidade de Congonhal pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.314/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a comunidade de Monsenhor Paulo pelo aniversário desse município (Requerimento nº 6.315/2013, do deputado Ivair Nogueira);

de congratulações com a Escola Estadual São José, de Ibiá, pela seleção do aluno Augusto César da Silva, do 2º ano do ensino médio, no programa Jovens Embaixadores 2014 (Requerimento nº 6.325/2013, do deputado Bosco);

de congratulações com a Sociedade Musical União XV de Novembro pelos 112 anos de harmonia no ar (Requerimento nº 6.336/2013, do deputado Jayro Lessa);

de congratulações com a Frente Mineira de Prefeitos pela realização do 100º Encontro de Prefeitos das Cidades Polo de Minas Gerais, de 7 a 9/11/2013, no Município de Araxá (Requerimento nº 6.337/2013, do deputado Bosco);

de pesar pelo falecimento do Sr. Vicente de Paulo Ferreira dos Santos, ex-vereador do Município de Bicas, ocorrido em 18/11/2013, nesse município (Requerimento nº 6.347/2013, do deputado Braulio Braz);

de congratulações com a Vale pela obtenção do 1º lugar geral no prêmio Marcas de Maior Prestígio e Reputação em Minas 2013, conferido pelo Grupo Troiano e pelo jornal *Estado de Minas* (Requerimento nº 6.396/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com o Sesi-Araxá pela realização do 23º Encontro Sesi de Artes Cênicas de Araxá (Requerimento nº 6.401/2013, do deputado Bosco);

de congratulações com a Secretaria de Esportes e com a Subsecretaria da Juventude pela realização da 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas de Juventude, no Município de Araxá (Requerimento nº 6.402/2013, do deputado Bosco);

de congratulações com o Sr. Aguinaldo Diniz Filho, presidente da Companhia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira, pela homenagem que lhe será prestada em reconhecimento aos seus 43 anos de intensa dedicação a essa empresa (Requerimento nº 6.403/2013, do deputado Dalmo Ribeiro Silva);

de congratulações com os policiais militares do 19º Batalhão de Polícia Militar responsáveis pela formação do grupo policial Força Tarefa, que, atuando de forma preventiva e repressiva em Teófilo Otôni, ao longo de oito meses prendeu vários adultos e apreendeu menores, assim como 27 armas de fogo de diversos calibres, grande quantidade de drogas e dinheiro (Requerimento nº 6.405/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares da 10ª Região de Polícia Militar que menciona, pela atuação na operação conjunta com a Polícia Civil, no dia 20/11/2013, em Patos de Minas, que resultou na prisão de sete pessoas e na apreensão de duas armas de fogo, porções de crack e de maconha, munições, soco inglês, dinheiro e celulares (Requerimento nº 6.406/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 15ª Batalhão de Polícia Militar que menciona, pela atuação na operação conjunta com a Polícia Civil, no dia 20/11/2013, em Patos de Minas, que resultou na prisão de sete pessoas e na apreensão de duas armas de fogo, porções consideráveis de crack e de maconha, munições, soco inglês, dinheiro e celulares (Requerimento nº 6.407/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona, lotados na 1ª Delegacia Regional de Patos de Minas, pela atuação na operação conjunta com a Polícia Militar, no dia 20/11/2013, em Patos de Minas, que resultou na prisão de sete pessoas e na apreensão



de duas armas de fogo, porções consideráveis de *crack* e de maconha, munições, soco inglês, dinheiro e celulares (Requerimento nº 6.408/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis do Deoesp que atuaram na ocorrência que culminou na prisão de dois homens considerados os maiores ladrões de carga de Minas Gerais (Requerimento nº 6.409/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 49º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18/11/2013, no Bairro Jardim dos Comerciantes, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de uma pistola calibre 9mm muniada com 17 cartuchos intactos e de uma sacola contendo grande quantidade de maconha (Requerimento nº 6.410/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 13ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 19/11/2013, no Bairro São Vicente, no Município de Arcos, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de quase 1kg de maconha, uma farda do exército brasileiro, uma balança de precisão, duas espingardas, uma pistola, celulares, uma faca, além de outros materiais (Requerimento nº 6.412/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 20º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 18 de novembro, em Borda da Mata, que resultou na prisão de um homem que aplicava golpes virtuais, com quem foram apreendidos mais de R\$140.000,00, dois tablets de maconha e diversos equipamentos eletroeletrônicos (Requerimento nº 6.413/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os bombeiros militares do Batalhão de Operações Aéreas por ocasião do 7º aniversário de criação desse batalhão (Requerimento nº 6.423/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 10º Batalhão de Polícia Militar que atuaram na apreensão de maconha e crack no Bairro Conferência Cidade Cristo Rei, em Montes Claros (Requerimento nº 6.424/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares da 7ª Companhia Independente de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar que atuaram na apreensão de 30 pássaros da fauna silvestre mantidos irregularmente em cativeiro e na prisão de um homem no Bairro Aeroporto, em Itaúna (Requerimento nº 6.425/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 23º Batalhão de Polícia Militar que atuaram no desmonte de um laboratório de refino e distribuição de drogas e na apreensão de maconha prensada, pasta-base de cocaína, vários produtos químicos e balanças de precisão no Município de Cláudio (Requerimento nº 6.426/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 35º Batalhão de Polícia Militar que menciona pela atuação na operação, em 21 de novembro, no Município de Santa Luzia, que resultou na prisão de uma quadrilha especializada em roubo e desmanche de veículos e na apreensão de uma réplica de pistola e uma carabina de fabricação caseira (Requerimento nº 6.427/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 21º Batalhão de Polícia Militar pela atuação na ocorrência, em 21 de novembro, no Bairro Tia Velha, em Visconde do Rio Branco, que resultou na prisão de dois homens e na apreensão de 38 tablets de maconha e materiais para embalar droga (Requerimento nº 6.428/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a comunidade de Itamonte pelo 75º aniversário desse município (Requerimento nº 6.429/2013, do deputado Fábio Cherm);

de congratulações com a comunidade de Soledade de Minas pelo 75º aniversário desse município (Requerimento nº 6.430/2013, do deputado Fábio Cherm);

de congratulações com a comunidade de Carmo da Cachoeira pelo 75º aniversário desse município (Requerimento nº 6.431/2013, do deputado Fábio Cherm);

de congratulações com a comunidade de Ponto Chique pelo 18º aniversário desse município (Requerimento nº 6.432/2013, do deputado Fábio Cherm);

de aplauso aos policiais militares que menciona pela prisão de 3 adultos e pela apreensão de 5 menores e de aproximadamente 45kg de maconha, no Município de Montes Claros, em 14/10/2013 (Requerimento nº 6.436/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de aplauso aos policiais rodoviários federais que prenderam um homem por tráfico de drogas e apreenderam 20kg de pasta-base de cocaína em Teófilo Otôni, no Vale do Mucuri, em 4/10/2013 (Requerimento nº 6.437/2013, do deputado Sargento Rodrigues);

de congratulações com os policiais militares do 14º Batalhão de Polícia Militar que menciona pela atuação, em 22 de novembro, em Perpétuo Socorro, distrito de Belo Oriente, na operação Mais Segurança em que foram detidas 3 pessoas e apreendidos 61 pedras de *crack*, uma porção de maconha, papelotes de cocaína, uma arma de fogo, cerca de R\$5.000,00 e um cordão de ouro (Requerimento nº 6.438/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares do 37º Batalhão de Polícia Militar que menciona pela atuação na operação, em 25 de novembro, em Araxá, em que foram apreendidas cinco armas de fogo, sendo uma espingarda calibre 28, um carabina calibre 38, um rifle calibre 44 marca Winchester, uma espingarda calibre 12 de dois canos, várias munições, maconha e cocaína, além de materiais para embalar droga (Requerimento nº 6.439/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 19º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2013, na Rua Kurt Hollebarch, no Bairro Matinha, em Teófilo Otôni, em que impediram um homem de cometer suicídio (Requerimento nº 6.440/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 8ª Companhia de Missões Especiais da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2013, na rodoviária de Governador Valadares, que resultou na prisão de um homem que portava 41kg de maconha, em um ônibus que havia saído de Campinas (SP) com destino ao referido município (Requerimento nº 6.441/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 21/11/2013, no Bairro Santa Terezinha, em Governador Valadares, que resultou na prisão de seis pessoas por tráfico de drogas e na apreensão de drogas e dinheiro (Requerimento nº 6.442/2013, do deputado Cabo Júlio);



de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 3ª Companhia Independente de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2013, em Campina Verde, que resultou na prisão de quatro pessoas por assaltar fazendas na região e na apreensão de diversos objetos e de uma arma (Requerimento nº 6.443/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 15º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 22/11/2013, no Bairro Brasil, em Patos de Minas, que resultou na prisão de um homem, com várias passagens pela polícia, que havia assaltado um estabelecimento comercial e na apreensão de R\$5.000,00 e de um revólver calibre 38 (Requerimento nº 6.444/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com a Vallourec pela mudança da marca e pela publicação no jornal *Comunidade Vallourec* (Requerimento nº 6.447/2013, do deputado Anselmo José Domingos);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 10ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito da Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 24/11/2013, no Km 102 da Rodovia MG-230, em Patrocínio, que resultou na apreensão de um menor, além de 4kg de maconha (Requerimento nº 6.483/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 6º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na ocorrência, em 23/11/2013, próximo à ponte da Ilha dos Araújos, em Governador Valadares, que resultou na apreensão de drogas, balanças de precisão e outros objetos e quantia em dinheiro (Requerimento nº 6.485/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais civis que menciona, lotados na 3ª Delegacia Regional de Três Corações, pela atuação na ocorrência, nesse município, que resultou na prisão de três pessoas envolvidas na aplicação de golpes em financiadoras de veículos, na falsificação de documentos e em estelionato (Requerimento nº 6.486/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados no 24º Batalhão de Polícia Militar, pela atuação na operação, em 24/11/2013, em Boa Esperança, desencadeada por denúncia anônima, que resultou na apreensão de drogas e de uma balança de precisão e na prisão de dois homens (Requerimento nº 6.487/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com os policiais militares que menciona, lotados na 9ª Companhia de Polícia Militar, pela atuação na operação, em 24/11/2013, em Uberlândia, desencadeada por denúncia anônima, que resultou na prisão de 11 homens que participavam de uma rinha de canários e na apreensão de 131 canários, posteriormente entregues ao Hospital Veterinário da Universidade Federal de Uberlândia (Requerimento nº 6.489/2013, do deputado Cabo Júlio);

de congratulações com o 4º Batalhão de Polícia Militar, de Uberaba, pelos 104 anos de sua criação (Requerimento nº 6.490/2013, do deputado Tony Carlos).



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 9/12/2013, o Sr. Presidente, nos termos do inciso VI, do art. 79, da Resolução nº 5.176, de 6/11/97, e nos termos das Resoluções nºs 5.100, de 29/6/91, 5.179, de 23/12/97, e 5.203, de 19/3/02, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.541, de 6/8/2012, assinou os seguintes atos relativos a cargos em comissão de recrutamento amplo do Quadro de Pessoal desta Secretaria:

Gabinete do Deputado Deiró Marra

tomando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 11/12/2013, que exonerou Sérgio Nunes de Almeida do cargo em comissão de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, jornada diária de 8 horas;

tomando sem efeito o ato publicado no Diário do Legislativo, edição de 11/12/2013, que nomeou Rodrigo da Cruz Medeiros para o cargo em comissão de recrutamento amplo de Supervisor de Gabinete I, padrão VL-42, jornada diária de 8 horas.

ATO DA PRESIDÊNCIA

Nos termos do art. 54, III, §§ 1º e 7º, do Regimento Interno, a presidência concede licença para tratamento de saúde ao deputado Neilando Alves Pimenta, Matrícula nº 18863-8, no período de 8 a 23 de outubro de 2013.

Mesa da Assembleia, 9 de dezembro de 2013.

Dinis Pinheiro, Presidente.

TERMO DE ADITAMENTO ADT/185/2013

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Flexx Distribuidora de Alimentos Ltda. Objeto: fornecimento de açúcar. Objeto do aditamento: alteração da quantidade do objeto, com redução do preço. Vigência: a partir da assinatura.



ERRATA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na publicação da matéria em epígrafe verificada na edição de 13/12/2013, na pág. 116, onde se lê:

“Na data de 25/11/2013, o Sr. Presidente”, leia-se:



“Na data de 9/12/2013, o Sr. Presidente”.